

Juliano Custódio Sobrinho

**PARA O SUL DAS MINAS COLONIAL: FORMAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA DA
FREGUESIA DE ITAJUBÁ
(1766 - 1810)**

Monografia de final de curso

JUIZ DE FORA – MG
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

**PARA O SUL DAS MINAS COLONIAL: FORMAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA DA
FREGUESIA DE ITAJUBÁ
(1766 – 1810)**

Juliano Custódio Sobrinho

Monografia de final de curso elaborada sob a orientação da Profª. Drª. Carla Maria Carvalho de Almeida, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História e Licenciado em História, com habilitação em Patrimônio Histórico.

JUIZ DE FORA – MG
2006

PÁGINA DE APROVAÇÃO

A monografia intitulada **Para o sul das Minas colonial: formação e estrutura produtiva da Freguesia de Itajubá (1766-1810)**, elaborada por JULIANO CUSTÓDIO SOBRINHO, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau em bacharel e licenciado, com habilitação em Patrimônio Histórico, foi aprovada por todos os membros da Comissão Examinadora designada pelo Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 23 de Março de 2005.

Prof.^a Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida

Prof.^a Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Prof.^a Dr. Ângelo Alves Carrara

Desde o colo de minha mãe já ouvia muitas histórias. Dos contos infantis, repletos de fábulas, aprendi a me interessar pelas histórias de gente grande. A minha mãe, Maria José, toda a gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais uma etapa, celebramos a conquista de um projeto concretizado. É justo que saibamos reconhecer que, direta ou indiretamente, muitas pessoas fizeram parte dessa trajetória e corroboraram para o bom andamento desse trabalho. Dessa forma, as dificuldades da caminhada foram ficando mais amenas, devido à força, o carinho e os incentivos recebidos.

Aos que acreditam, Deus foi a grande força protetora que regeu meus passos e me fez acreditar que era possível realizar este sonho, em momentos que nem eu mesmo acreditava.

Agradeço a minha família que apostou alto em mim e não mediu esforços para que eu completasse esse desafio e por entender o quanto essa faculdade era importante, mesmo que para isso, eu tivesse que me ausentar tanto tempo de casa.

A alguns amigos, minhas eternas considerações pela presença constante. Aos meus incríveis amigos, Elaine, João, Joyce, Michelle e Mylvia, minha gratidão. Aos amigos conquistados em Juiz de Fora, agradeço pela parceria e pelas “folgas”, que sempre me proporcionaram durante a realização dessa monografia (em especial aos amigos Gustavo, Raphael e Wuilton).

Se a faculdade me possibilitou uma formação profissional, ela também me trouxe excelentes parceiros que, durante esses anos, pude compartilhar de uma verdadeira amizade. A Yara, grande amiga de inúmeros trabalhos e de longas conversas ao telefone, obrigado pela atenção e incentivo que, incansavelmente, demonstrou por mim. A Ana Paula, Camila, Cleyton, Juliana, Máira e Raphaela, quero agradecer pela amizade e pelos bons momentos que passamos juntos.

A Prof^ª. Carla, agradeço pelo aprendizado à iniciação científica e por, diretamente, ser a responsável pela temática que escolhi, para realizar essa monografia e para continuar minha formação pelos caminhos da pesquisa historiográfica.

Aos funcionários do Fórum Venceslau Brás, em Itajubá, obrigado pela disposição e interesse que sempre demonstraram, ao abrirem as portas de seu acervo, para que eu consultasse os documentos que necessitava para a realização da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos os amigos e pessoas que contribuíram nesses anos da faculdade, do qual essa monografia foi o resultado final dessa etapa cumprida.

RESUMO

Este trabalho tem como ponto de partida a formação, a estrutura produtiva e a posse de escravos da Freguesia de Itajubá, no período de 1766 a 1810, tendo em vista sua ligação com freguesias vizinhas e com o termo, da qual pertencia, Campanha da Princesa. A freguesia se localizava em uma região estratégica, que fora disputada entre os governos das Capitânicas de Minas e de São Paulo, o que gerou diversos conflitos pela ocupação e exploração das riquezas da região. A formação do povoado tinha como objetivo maior a extração aurífera, mas esse recurso logo se esgotou e a economia passou por um processo de reversão econômica, dedicando-se, em especial, à produção agropecuária, o que vem a contribuir para ratificar a vocação econômica, da Comarca do Rio das Mortes. Procuramos traçar o perfil econômico e a composição da mão-de-obra cativa e suas potencialidades para a mercantilização. Para tais conclusões, buscamos analisar as documentações pertencentes ao Fórum Venceslau Brás, na cidade de Itajubá e ao Arquivo do Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo.

ABSTRACT

This work has its first step at the study of the foundation, the productive structure and the owning of slaves in the “Freguesia de Itajubá” - in the period that goes from 1766 to 1810 - having in sight its connection with the neighbor “freguesias” and with the “termo” in which it was located, “Campanha da Princesa”. The “freguesia” was located in a strategical region, before disputed between the governments of the “capitanias” of “Minas” and “São Paulo”, what has generated many conflicts about the occupation and exploration of the wealth in that area. The foundation of the people had as its major objective the extraction of gold, an activity that has soon gotten over pushing the economy into a process of reversion. It got concentrated then specially in agropecuary production, what would just confirm the economical vocation of the “Comarca do Rio das Mortes”. This work intends to draw an economical profile and examine the composition of the working strength so as its capability for the merchantilization. To bring this conclusions to light, documentations from the forum Venceslau Brás, in Itajubá and the “Arquivo do Estado de São Paulo”, in São Paulo were analyzed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA – BREVE PANORAMA HISTORIOGRÁFICO	14
1.1. O “Sentido da Colonização” e a economia colonial	16
1.2. Novos modelos interpretativos: acumulação endógena e mercantilização	19
CAPÍTULO 2. AO SUL DA CAPITANIA DAS MINAS – FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE ITAJUBÁ	27
2.1. Ocupação, subsistência e mineração nas Minas Colonial	28
2.2. Formação da Freguesia de Itajubá	31
2.3. Disputas territoriais ao sul das Minas	34
2.4. Transformações socioeconômicas para Freguesia de Itajubá	36
CAPÍTULO 3. ESTRUTURA PRODUTIVA E POSSE DE ESCRAVOS PARA A FREGUESIA DE ITAJUBÁ (1766-1810)	40
3.1. Indícios para a diversidade econômica: a Freguesia e seu potencial mercantil	43
3.2. Produção de alimentos e animais	48
3.3. A posse de escravos para a freguesia	51
CONCLUSÃO	61
ANEXOS	63
FONTE E BIBLIOGRAFIA	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Estrutura de posse de escravos por faixa de plantel: Itajubá (1766-1810)	43
Tabela 2-	Tipos de culturas produzidas nas U.P.s' por faixa de plantel: Itajubá (1766-1810)	48
Tabela 3-	Tipos de animais criados nas U.P.s' por faixa de plantel: Itajubá (1766-1810)	50
Tabela 4-	Origem da população escrava listada nos inventários: Itajubá (1766-1810)	54
Tabela 5-	Composição da população escrava por sexo: Itajubá (1766-1810)	54
Tabela 6-	Composição da população escrava africana por sexo: Itajubá (1766-1810)	55
Tabela 7-	Composição da população escrava crioula por sexo: Itajubá (1766-1810)	55
Tabela 8-	Composição da população escrava por faixa etária: Itajubá (1766-1810)	57
Tabela 9-	Composição da população escrava por sexo e faixa etária: Itajubá (1766-1810)	57
Tabela 10-	Composição da população escrava por origem e faixa etária: Itajubá (1766-1810)	58
Tabela 11-	Composição da população escrava africana por sexo e faixa etária: Itajubá (1766-1810)	59
Tabela 12-	Composição da população escrava crioula por sexo e faixa etária: Itajubá (1766-1810)	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de proprietários por tipo de Unidade Produtiva:
Itajubá (1766-1810)

46

LISTA DE ANEXOS

Tabela anexa I- Número de proprietários por tipo de Unidade Produtiva: Itajubá (1766-1810)	64
Tabela anexa II- Produção agrícola e criações de animais nas unidades produtivas do Termo de Campanha (1802-1865)	65
Tabela anexa III- População livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes e dos Termos de Campanha e Baependi	66
Tabela anexa IV- Comparação entre taxas (%) de masculinidade e africanidade no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais – séculos XVIII e XIX	67

INTRODUÇÃO

Minha formação secundarista permitiu que, em síntese, eu conhecesse três elementos básicos do período colonial – a grande propriedade, a monocultura e a escravidão. Essas considerações inauguradas por Caio Prado, desde a década de 40, do século passado, estiveram por décadas presentes na historiografia e nos livros didáticos de História. E essa percepção do contexto colonial que chegou até a mim foi desfeita, quando iniciei meus estudos acadêmicos. Agregar diversos valores à sociedade colonial e sua lógica própria de funcionamento, juntamente com sua condição de pertença ao Império Português, foram algo desafiante para quebrar com os parâmetros que até então possuía dessa formação colonial.

Para a própria historiografia brasileira, as produções realizadas após os anos 40 e inauguradas por Caio Prado Jr. tornaram-se referência para os estudos do passado colonial e para a lógica de se perceber esse período. Na verdade, naqueles mesmos anos, os anseios de alguns intelectuais eram repensar a História do Brasil, para além da história episódica/factual, sobre um ângulo que contemplasse os aspectos estruturais da sociedade brasileira. Era um momento em que a própria disciplina, no país, passava por uma maior sistematização e desenvolvimento metodológico, influenciado pelas idéias advindas do materialismo histórico.

Dessa forma, por algumas décadas, alguns intelectuais propuseram a entender o passado colonial por um viés, em que a sociedade e a economia colonial eram analisadas, tendo como base, uma visão macroestrutural desse funcionamento. Com o passar dos anos, esse paradigma passou a ser questionado e a década de 70 traria novas análises, que propunham repensar a lógica de funcionamento colonial, para além das relações exógenas, que moviam à idéia de *Antigo Sistema Colonial*.

Nesse sentido, essa proposta de trabalho monográfico tem como objetivo traçar os percursos que a historiografia brasileira tomou para perceber o funcionamento colonial, tendo como ponto de partida o estudo da Freguesia de Itajubá, ao sul da Capitania das Minas, no século XVIII e início do XIX, não deixando de agregar as percepções realizadas para entender aquele contexto micro histórico, diante de um panorama mais amplo daquela

região, vinculada à Comarca do Rio das Mortes e por anos disputada pela Capitania de Minas Gerais e de São Paulo.

No Capítulo 1 - *Economia colonial brasileira-breve panorama historiográfico* - propomo-nos a analisar exatamente a trajetória que os estudos, acerca da economia colonial, no Brasil, passaram e as discussões que foram travadas, a partir de pontos de vistas que se formaram, em relação à percepção desse contexto histórico. Em síntese, duas principais correntes interpretativas, se assim pudermos chamar, formaram princípios, que durante décadas na historiografia elaboraram teorias e estudos sobre o período colonial e a relação metrópole/colônia.

A partir das análises de Caio Prado Jr., o funcionamento colonial era percebido, através de uma ótica exógena, ou seja, a estrutura social e econômica da colônia estava diretamente ligada aos interesses impostos pelo Império Português. Assim, surgiu uma corrente interpretativa, conhecida como “sentido da colonização”, que agregaria, posteriormente, outros estudiosos, contribuindo para esse tipo de análise. Da mesma maneira, a década de 70 inauguraria uma percepção de uma lógica de funcionamento colonial, que não perdesse de vista, as particularidades e os movimentos internos que caracterizavam tal sociedade. Essa outra corrente interpretativa seria conhecida como “modo de produção escravista-colonial”, que seria aperfeiçoada e levaria em consideração outros fatores sociais que contribuiriam para inserir os estudos coloniais, numa visão de Antigo Regime.

No Capítulo 2 - *Ao sul da Capitania das Minas-formação da Freguesia de Itajubá* – a análise está voltada para uma reflexão acerca da ocupação e formação da Capitania das Minas, procurando demonstrar as adversidades desse tipo de ocupação e os conflitos que se dariam entre a Capitania das Minas e a Capitania de São Paulo nas disputas territoriais pela região sul mineira, a partir do início do século XVIII. Para exemplificarmos essa questão, utilizamos a consulta de documentos relativos a esses conflitos territoriais, pertencentes ao Arquivo do Estado de São Paulo.

Assim como grande parte de Minas Gerais, o sul mineiro tendeu a ser ocupado, para a busca de terras minerais. Ao longo do tempo, se percebeu que essa região teria grandes potencialidades para a economia agropecuária, tornando-se o destaque econômico para a Comarca do Rio das Mortes. Além disso, o capítulo contempla a análise dessas questões,

tendo como ponto de partida à ocupação e formação da Freguesia de Itajubá, no início do século XVIII, em uma área encravada nas fronteiras entre as duas capitânias.

No Capítulo 3 - *Estrutura produtiva e posse de escravos para a Freguesia de Itajubá (1766-1810)* – procuramos desenvolver uma análise, a partir da consulta aos inventários post mortem, referentes à freguesia e proximidades, encontrados no acervo do Fórum Venceslau Brás, na cidade de Itajuba-MG. Privilegiamos caracterizar o tipo de produção econômica na região e quais seriam suas potencialidades para a mercantilização. Os resultados encontrados foram interessantes, já que, mesmo diante de uma economia que tendesse ao mercado interno, as unidades produtivas analisadas nos documentos, nos revelaram uma possibilidade de produção agrícola diversificada, com considerável participação nessa economia da criação de animais, bem como relevante número de escravos agregados a essas propriedades.

Dessa forma, as conclusões para a Freguesia de Itajubá, em relação a sua estrutura produtiva e a posse de mão-de-obra escrava, foram bastante semelhantes perante as considerações levantadas para o Termo de Campanha, bem como para a Comarca do Rio das Mortes, até então, da qual a freguesia se inseria.

Nesse sentido, nosso propósito foi conjugar essas análises em relação à Freguesia de Itajubá, sob um ângulo microanalítico, mas sem que perdêssemos de vista, a todo instante, a inclusão desse objeto de estudo, dentro de um contexto maior e mais complexo, que extrapolasse os limites da freguesia. Para tanto, nos serviu de parâmetros os estudos metodológicos da História Social e Econômica, especificamente as análises da Micro-História, em que lembramos a obra-prima *A Herança Imaterial*, de Giovanni Levi, como referência fundamental para esse tipo de pesquisa. O presente trabalho também se enquadra dentro de uma perspectiva de História regional e, para isso, diversos trabalhos serviram de referência, não deixando de citar a dissertação de mestrado – *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850* – de Carla Almeida, que foi nossa inspiração primeira durante todo o período da faculdade, em que resultou essa produção monográfica.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA – BREVE PANORAMA HISTORIOGRÁFICO

Há mais de três décadas passadas, a historiografia brasileira viu permear nas discussões acerca da lógica de funcionamento da economia colonial, novas abordagens e pesquisas que apresentaram diferentes interpretações a respeito dessa temática. Até então, estudos sobre o dinamismo mercantil interno não cabiam nos anseios dos pesquisadores, centrados em macroanálises e na compreensão de uma economia voltada somente ao mercado externo.

Na década de 30, do século passado, o país passaria por momentos de transformações no plano político e social, que provocariam mudanças também no plano intelectual brasileiro. Novas perspectivas de caráter histórico seriam lançadas, procurando repensar as tradicionais explicações sobre a sociedade e seu passado. Na ordem internacional, a historiografia, nesse período, já passava por mudanças e novas formas de interpretação e metodologia surgiram do Movimento dos Annales, na França e da historiografia norte-americana, nos EUA, que passariam, a partir de então, a influenciar os pesquisadores brasileiros.

Dessa forma, alguns pesquisadores, que se formariam a partir de 30, procuraram ultrapassar a história episódica/factual, típica dos Institutos Históricos e se preocuparam em analisar os aspectos estruturais da sociedade brasileira. Eram anos de busca por um redescobrimto da História do Brasil, delineado por uma tentativa de sistematização da disciplina, desenvolvimento de metodologias de pesquisas históricas e influências de modelos interpretativos.

No caso da temática apresentada, o que imperava, a partir de então, nos estudos da economia colonial, era um discurso acadêmico de acordo com análises macro do funcionamento colonial.

Em 1937, Roberto Simonsen lançou sua obra, *História Econômica do Brasil*, passando a ser um dos referenciais da nova geração historiográfica¹. A proposta de Simonsen era rediscutir a História do Brasil colonial, partindo da idéia de ciclos ou fases. Sendo assim, cada momento colonial foi marcado pela exploração de um produto, que se tornou preponderante na economia e definiria as demais atividades.

Dessa maneira, a história colonial para Simonsen seria recontada com base nas atividades econômicas. De acordo com o autor, esses ciclos seriam definidos a partir da extração do pau-brasil na mata atlântica litorânea (primeiro produto colonial aos interesses metropolitano). O segundo ciclo seria composto pela produção dos engenhos, como montagem do sistema açucareiro. Um terceiro momento, não definido especificamente como um ciclo, mas com destaque para algumas produções, como a pecuária. O último ciclo seria o da mineração. Obviamente, essas produções, divididas em ciclos por Simonsen estavam condicionadas para a comercialização do mercado externo.

Para os autores, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, essa visão interpretativa de Simonsen tem pontos positivos e negativos, contudo ela não dá conta de explicar toda essa longa duração apontada pelo autor². A noção de ciclos estaria inoportuna e incoerente, já que não é necessário ocorrer o apogeu e declínio e desaparecimento de um produto econômico para aparecer outro produto importante, caracterizando assim um ciclo. Além disso, concomitante a uma atividade econômica preponderante pode existir vários outras para o mesmo período e espaço. Simonsen não somente desconsiderou vários fatores mais complexos que levaram as crises na produção desses produtos, como também demonstrou desconsiderar importância de outros ramos econômicos que permearam a colônia.

¹ SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil** (1500-1820). 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977. Apud ALMEIDA, Carla. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850**. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p.17

² LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Apud ALMEIDA, Carla. Op. cit. pp.18-19

1.1 – O “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO” E A ECONOMIA COLONIAL

Em 1942, Caio Prado Junior lançaria *Formação do Brasil Contemporâneo*; marco historiográfico e uma das obras que até hoje dialoga com os historiadores contemporâneos, assim como os demais trabalhos do autor. Integrante a essa geração que redescobrirá a história do país, Caio Prado inaugurou uma interpretação original do processo histórico brasileiro. Interlocutor da Teoria Marxista, o autor introduziu a noção do materialismo histórico, ao delimitar as classes sociais no conjunto das explicações do passado. Para o autor, o passado colonial permanecia vivo no espaço social do Brasil contemporâneo.

Caio Prado romperia com a noção de ciclo e demarcaria novas perspectivas para a economia colonial, tentando resgatar os fundamentos estruturais da história brasileira. O *sentido da colonização* apresentado pelo autor estaria diretamente ligada às determinações metropolitanas, em que cabia a colônia demandar produções que interessasse ao mercado europeu. Dessa forma, a formação econômica e social da colônia estava intrinsecamente ligada à história comercial da Europa e na contínua transferência do excedente para a metrópole.

(...) se vamos a essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...). É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras.³

Segundo o autor, a economia de exportação de base agrária combinava três elementos – que se tornaram paradigmas para a percepção do espaço colonial durante anos na historiografia e no ensino de História – grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Esta conjugação de elementos tornaria os plantations representados, em um primeiro plano, pela figura dos senhores e escravos. Ao redor da produção agroexportadora dessas unidades e desses agentes polarizados haveria figuras secundárias, podendo ser representadas pelos inúmeros homens livres pobres⁴.

³ PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.19.

⁴ Ibidem, p. 23.

Toda essa preponderância apresentada pelo autor de como se agregava os espaços e os agentes coloniais, daria vazão para uma interpretação da incapacidade da colônia em gerar os circuitos internos de acumulação.

O *sentido da colonização*, apresentado por Caio Prado, não seria defendido apenas em seus trabalhos. O autor inaugurava essa nova perspectiva historiográfica, que recebeu outras reflexões na década de 50, a fim de comungar dessa percepção do colonial, bem como de agregar novas conclusões.

Nesse sentido, é importante citarmos a *Teoria do Subdesenvolvimento* da CEPAL, mais especificamente o pensamento de Celso Furtado. Com a sua obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado se tornaria referencial, diagnosticando os males econômicos brasileiros como decorrentes da persistência de uma economia agrário-exportadora, que não permitia a modernização do país. O subdesenvolvimento da economia brasileira estava arraigado em pleno terreno histórico, sendo várias as causas que impediram o desenvolvimento do Brasil⁵.

Em relação à colônia, Furtado afirmaria que a economia agroexportadora se caracterizava como eixo central para a compreensão da economia escravista. Segundo o autor, não existe na colônia um grupo de comerciantes de importância; somente grandes empresários agrícolas. A economia estaria desprovida de *ritmos próprios*, com suas flutuações determinadas pelo mercado internacional.

Dessa forma, a atividade interna se expandiria pela alta dos preços da agroexportação e a queda estaria ligada com a retração da produção para exportação. Assim, o mercado interno estaria subordinado para atender as necessidades da agroexportação. Além da dependência a agroexportação, o mercado interno não estaria ligado majoritariamente na escravidão e grande parte deste setor se destinaria à auto-subsistência. João Fragoso e Manolo Florentino, afirmam que, segundo as colocações de Furtado, essa seria então algo entendida por ele com uma *brecha* encontrada para desenvolver o mercado interno colonial⁶. Obviamente, Fragoso e Florentino teriam concretas discordâncias em relação a essas proposições de Furtado, que podem ser

⁵ FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

⁶ FRAGOSO João e MANOLO, Florentino. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

completadas: (...) *sendo uma plantação de produtos tropicais, a colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores.*⁷ (grifo nosso)

Comungando das idéias do *sentido da colonização*, Fernando Novais integraria ao debate a noção de *Antigo Sistema Colonial Mercantilista* à acumulação primitiva de capitais. Para o autor, o mercado interno era algo reduzido e a produção necessária para o sustento partiria da própria fazenda exportadora. Sendo assim, Novais ligaria a escravidão como aporte ao exclusivismo colonial, em que o trabalho compulsório seria a melhor forma de acumulação européia.

O regime do comércio colonial – isto é, o exclusivismo metropolitano no comércio colonial – constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.⁸

Segundo Fernando Novais, as metrópoles ibéricas apresentariam certa peculiaridade em relação às demais. Nelas não se verificariam as fases finais da acumulação prévia. A colônia conseguiria até reter parte de sua renda, mas essa estaria nas mãos da classe senhorial escrava, que permitiria a continuidade da exploração colonial.

1.2 – NOVOS MODELOS INTERPRETATIVOS: ACUMULAÇÃO ENDÓGENA E MERCANTILIZAÇÃO

Até então, percebemos que para esse modelo interpretativo da economia colonial a existência na colônia de um mercado interno capaz de gerar acumulações endógenas e de fomentar uma elite mercantil pode ser descartada. *A economia colonial limitar-se ia a plantations como uma projeção das flutuações presentes no mercado internacional, ou melhor, das economias dominantes neste mercado.*⁹

⁷ FURTADO Celso. Op. Cit. p. 95.

⁸ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 92

⁹ FRAGOSO João. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.70

Dessa forma, viu-se apontar nos anos 70, as primeiras contraposições à teoria do *sentido da colonização*, iniciada por Caio Prado. Na verdade, essas divergências quanto ao pensamento inaugural de Caio Prado não só foram possíveis, devido às influências da historiografia internacional, quanto também pelo investimento iniciado nos núcleos de pós-graduação no país. Nesse decurso historiográfico, as considerações de Ciro Cardoso e Jacob Gorender criaram um debate acerca dessa questão. Para Ciro Cardoso, as sociedades coloniais revelariam seu pleno sentido, quando entendidos como elementos integrantes e até mesmo anexos complementares e dependentes da economia européia. Contudo, o autor pondera: *também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias.*¹⁰

Talvez se encontre pela primeira vez considerações que procure relevar a escravidão mercantil e colonial brasileira não somente pelo simples fato da relação colonial, mas por características que lhe seriam próprias. Cardoso aprofundaria essa questão, estabelecendo a hipótese de um *modo de produção escravista-colonial* nas Américas, que procuraria dar conta da relação de dependência e as estruturas internas coloniais com suas próprias contradições. Resumidamente, este modo de produção se constituiria pela existência de dois setores agrícolas estruturados: um sistema escravista dominante, produtor de mercadorias exportáveis, e outro camponês, exercido principalmente pelos próprios escravos.

Ciro Cardoso e Jacob Gorender apresentariam assim críticas contundentes à ênfase na transferência do excedente colonial. Gorender afirmaria parcela considerável da renda gerada pelo escravismo colonial, ou melhor, pela produção escravista exportadora, sendo mantida nas mãos do senhor colonial, denominando de acumulação endógena.¹¹ Contudo, Gorender afirmaria algumas conclusões que demonstram elementos herdados dos quadros explicativos de Celso Furtado e Fernando Novais, autores criticados pelo próprio

¹⁰ CARDOSO, Ciro. **As concepções acerca do sistema econômico mundial**: a preocupação obsessiva com a extração do excedente. In: LAPA, Jose (org.) Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. p.127. Apud. FRAGOSO João. Op. Cit. p.70

¹¹ Para uma síntese das hipóteses do autor ver: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

Gorender. Assim como para Furtado e Novais, Gorender acredita que a produção voltada para o abastecimento interno seria dependente da situação da produção colonial agroexportadora. A alta dos preços no mercado internacional expandiria a produção interna e a queda dos preços internacionais resultaria a retração dos produtos mercantis ligados ao abastecimento interno.

Para endossar o debate que se alastrou nos anos 70 e 80, João Manuel Cardoso de Mello – reforçando as posições da chamada *Escola Paulista*, reafirmaria as discussões acerca do *Antigo Sistema Colonial versus modo de produção escravista colonial* na perspectiva de um desprovimento de uma lógica interna. Para este autor, a economia escravista colonial faria parte de uma outra face de um *modo de produção capitalista* em instalação; se havia na Europa uma subordinação formal do trabalho ao capital, o mesmo ocorreria na colônia.¹²

Entretanto, para a historiografia brasileira, os anos de 70 e 80, marcariam a implantação e expansão de núcleos de pós-graduação e pesquisa, da qual originariam trabalhos que concentrassem atenção para as questões da lógica do mercado interno colonial. Destacamos assim os trabalhos de Maria Yedda Linhares, Kátia Mattoso, Alcir Lenharo e Keneth Maxwell. Linhares apontaria para reduzidas pesquisas acerca da agricultura de subsistência e aos mecanismos de formação de mercados. Para a autora:

Estudar essa economia de subsistência através de sua evolução no tempo e no espaço – expansão e retração de áreas e culturas, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas – seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondido por trás da Casa Grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei.¹³

No bojo de novas pesquisas, Roberto Martins apontou para Minas, no século XIX, o maior contingente escravo do Brasil, reiterando que naquele momento, a província não estava mais envolvida principalmente com a mineração. Dessa forma, aqueles cativos estavam alocados em atividades não voltadas ao mercado internacional e sim dirigidos

¹² MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasileira, 1982. Apud FRAGOSO, João. Op. Cit. p.76.

¹³ LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

para uma produção principalmente agropecuária. Esses escravos não seriam remanescentes da economia mineradora e nem fruto de reprodução natural. Na verdade, seriam provenientes de importações recentes.¹⁴

Entretanto, curiosamente, Martins afirmava que essa mão-de-obra escrava estava envolvida com uma produção para auto-subsistência e para mercados locais, sem gerar uma circulação mercantil para outras províncias. Citando Lenharo, Martins concorda que algumas regiões da província pudesse se integrar a mercados externos à província, fornecendo alimentos, principalmente para o Rio de Janeiro. Contudo, acha que Lenharo valorizou demais a importância do mercado carioca para a economia mineira.¹⁵

Robert Slenes, para esse mesmo período, afirmava que no século XIX, Minas teve o maior plantel de escravos. Contudo, reiterava tal afirmação em uma outra perspectiva diferente dos Martins. Para Slenes, Minas tinha grande diversidade de exportação de sua produção e era capaz de gerar capital para a aquisição do grande contingente escravo. Era um momento propício ao crescimento do mercado interno, devido à necessidade de mantimentos, artigos de consumo e matérias-primas necessárias a sua reprodução.

Para exemplificar suas considerações, Slenes demonstra o dinamismo da exportação de porcos e sua relação com a produção de milho e a utilização da mão-de-obra escrava nessas produções:

De acordo com Caio Prado Júnior (que segue neste ponto Saint-Hilaire), a criação de porcos no Sul de Minas para serem exportados vivos ou em forma de toucinho se fazia em estreita ligação com a produção de milho, que constituía a ração principal desses animais. Os Martins certamente têm razão - e nunca questionei isso - quando afirmam que o comércio de milho para o Rio e São Paulo em lombo de muar era mínimo; mas a exportação indireta desse produto, em lombo de porco, era considerável.¹⁶

Um dos trabalhos que se destacaram naquele momento e que chamava a atenção para o setor mercantil de subsistência em Minas Gerais foi *As tropas da moderação*, de

¹⁴ MARTINS, Roberto Borges. **Growing in silence**: the slave economy of nineteenth-century. Minas Gerais (Brasil). Nashvill, Vanderbilt University, MARTINS, R. B. **Minas Gerais, século XIX**: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. Estudos Econômicos 13(1), jan-abr, 1983; MARTINS, R. B. **A economia escravista em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1980; MARTINS FILHO, Amílcar e MARTINS, R. B. **Slavery in a non-export econom**: nineteenth- century Minas Gerais revisited. Hispanic American Historical Review. 63(3), 1983. Apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. pp. 65-66

¹⁵ Idem pp.65-66

¹⁶ SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP. nº 17, 1985. p. 53

Alcir Lenharo. Nesse trabalho, Lenharo apontou para a existência de um consolidado mercado, principalmente pecuarista, no sul de Minas para a Corte e a relação desse circuito com a formação de uma elite política mineira com influência na política nacional recente. Nesse sentido, Lenharo define esse dinâmico mercado sul mineiro como *drenador de gêneros de abastecimento do centro-sul*.¹⁷

Da mesma maneira, João Fragoso desempenhou um trabalho de fôlego para as potencialidades mercantis internas, possibilitando que seus trabalhos, a partir de sua dissertação de mestrado acerca de Paraíba do Sul, se tornassem referências importantes para se compreender o funcionamento e a lógica interna colonial. Segundo Fragoso, a economia escravista da colônia não seria um reflexo de determinações externas e nem se resumiria a agroexportação. O autor demonstra que a economia agropecuária se constituía voltada para o mercado interno.¹⁸

Em trabalho de parceria, João Fragoso e Manolo Florentino foram responsáveis por uma pesquisa, que resultou em um intenso e profundo estudo sobre as praças mercantis no Rio de Janeiro, de uma sociedade agrária e mercantil, nos fins do século XVIII para o século XIX. Os autores abordaram conclusões pertinentes a respeito de um enriquecimento dessas camadas, acompanhado de uma demarcada hierarquização social de caráter arcaico, em que a *elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamaria ideal aristocrático, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituía-se assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente*.¹⁹

Vale ressaltarmos assim, algumas pesquisas de cunho mais regional que serviram para ratificar tais afirmações adotadas até então para a vocação mineira no pós-auge minerador. Tais pesquisas também intensificaram e problematizaram essas questões, esclarecendo esse complexo mercado de abastecimento que se destacaria em Minas.

¹⁷ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. O abastecimento da corte na formação política do Brasil. 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

¹⁸ FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul**: (1850-1920) um estudo de relação não-capitalista de produção. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Ver também:

----- **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁹ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. Op. cit. p.21

Em relação a essa perspectiva da economia mineira, Carla Almeida esboçou uma percepção sobre o espaço das unidades produtivas, na região de Mariana, no período de 1770-1850.²⁰ No bojo dessas novas indagações, a autora realizou um trabalho de fôlego, a partir do espaço e corte temporal definido, acerca da sociedade colonial mineira, no momento de pós-auge minerador e da suposta decadência e estagnação dessa mesma economia. A partir das análises dos inventários post mortem da região, a autora pode perceber alterações nas unidades produtivas, que a levaram a entender que tal declínio da mineração não provocou transformações profundas na estrutura produtiva de Mariana. Na verdade, Carla Almeida demonstrou que a região passou por uma reestruturação, em que a produção de subsistência passou a *carro-chefe* da economia mineira, a partir de tal declínio da produção mineradora. Assim, constatou uma diversificada e dinâmica produção agropecuária destinada, não só ao consumo interno, mas a exportação para outras províncias, capaz de manter na província mineira o maior contingente escravo do Brasil, no século XIX. Em síntese, tais são as considerações da autora:

A tese da crise da economia mineira como um todo por ocasião do declínio da produção de ouro não se sustenta, já que como demonstramos, embora com níveis gerais de riqueza decrescentes, a economia da região de Mariana continuou bastante dinâmica e teve o seu nível de liquidez até mesmo aumentado. Ou seja, dependeu cada vez menos do mercado para se reproduzir. O que aconteceu em Minas Gerais no período pós-auge minerador foi uma mudança de atividade principal, uma inversão de papéis entre a produção mineral e a agropecuária.²¹

Cabe também ressaltarmos o trabalho de Ângelo Carrara, que em sua tese de doutorado, ponderou importantes reflexões acerca do espaço ocupado pela atividade agropecuária na Capitania das Minas, durante o período colonial. Além disso, o autor atenta para a diversificação social e produtiva das regiões mineiras que, segundo ele, organizaram-se em dois modos de produção distintos: o escravo e o camponês, sendo o primeiro, com mais potencial para a mercantilização e o último para a produção de autoconsumo.²²

²⁰ ALMEIDA, Carla. Op. cit.

²¹ Ibidem. p. 206

²² CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais**. (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Maria do Carmo Salazar e Helena Silva ao pesquisarem o caráter vicinal da economia mineira, nesse período abarcado, utilizaram como fonte os mapas de população, exigidos pelo Ministério do Império, na segunda metade do XIX, que tinham por finalidade fazer o levantamento da população total do país, ao mesmo tempo em que procuraram conhecer a produção econômica de cada região.²³ As autoras ratificam a partir das análises documentais a vocação mineira para a formação de unidades agrícolas diversificadas (fazendas, sítios e roças) com produção voltada para o autoconsumo e para mercados regionais. A base de dados possibilitou visualizar onde e o que se plantava, onde se criavam gados, o total da população livre e cativa e as ocupações de uma pequena parcela da população livre. Na verdade, as autoras se propuseram a retratar, de forma sistemática, os tipos de lavoura e/ou pecuária que se dedicavam os habitantes da província de Minas Gerais, tanto no espaço regional, chegando até mesmo a particularizar alguns municípios, quando necessário.

Em relação a trabalhos mais específicos para a região do sul mineiro, Marcos Andrade vem demonstrando importantes considerações acerca da formação e expansão da Vila de Campanha da Princesa e seu termo. Nesse trabalho, o autor apresenta as principais atividades econômicas desenvolvidas na região, além de revelar dados gerais sobre a estrutura social e demográfica. A intenção é demonstrar como a Vila de Campanha passou a se destacar, a partir da primeira metade do século XIX, se tornando um pólo de atração, especialmente na segunda metade daquele século. Para isso, o autor utiliza inúmeras fontes para traçar os aspectos estruturais e econômicos da região, que vem a confirmar a vocação mercantil agropecuária do sul das Minas.²⁴

Dessa maneira, nossa intenção era apreender nesse capítulo as incursões historiográficas que se formaram ao longo dessas décadas, acerca das possibilidades de grande atuação de um mercado interno dinâmico e diversificado, desde o período colonial, especialmente para a província mineira, no século XIX. De nenhuma forma, nos propomos a entender os modelos interpretativos surgidos para retratar tal processo sócio-econômico – o *sentido da colonização*, iniciado por Caio Prado e o *modo de produção escravista*

²³ MARTINS, Maria do Carmo e SILVA, Helenice. **Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX..** Belo Horizonte: CEDEPLAR,UFMG, s/d. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br Capturado em: 21/09/2005

²⁴ ANDRADE, Marcos. Op. cit

colonial, apresentado por Ciro Cardoso e Jacob Gorender – como rivais ou antagônicos, mas como resultado de um processo historiográfico de suas épocas, tendo cada qual importantes contribuições a ofertarem para as análises da sociedade e economia do período abarcado.

Da mesma maneira que esses dois modelos interpretativos e até mesmo a noção de *ciclos* – há muito tempo utilizado na História para explicar a economia colonial – não foram às únicas formas de se entender esse processo sócio-econômico. Para exemplificar, Manoel Correia de Andrade, nos afirma que a História Econômica do Brasil, para os períodos de 1500 a 1822, foi marcada pelos produtos de exportação de maior importância econômica – o pau-brasil, o açúcar, o ouro e os diamantes, o algodão, etc – a ponto de alguns historiadores admitirem a sua periodização em *ciclos*; ciclos que, na realidade, não ocorreram, afirma o autor, já que a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte, não mais como principal, mas como em produto de menor importância, menos expressivo.²⁵

Segundo o autor, também a idéia de modos de produção para se explicar a História do Brasil não é adequada, já que esse conceito teria sido elaborado para uma outra realidade, o que deu a entender para alguns historiadores a hipótese de ter havido um período feudal no Brasil, ou modos de produção secundários. Para Manoel Andrade, a interpretação da história brasileira pode ser feita com *maior acerto se forem usados conceitos ligados à formação econômica social, a partir da transferência de sistemas europeus, em decadência, ou em ascensão, e de sua adaptação à realidade encontrada no continente americano.*²⁶

Vale ressaltarmos também que, os trabalhos e autores apresentados não esgotam ou se tornam suficientes para entender esses percalços da historiografia brasileira sobre o tema proposto. Tivemos que optar por algumas referências, mas, de qualquer forma, procuramos apresentar pesquisas que, de fato, foram precursoras para a província de Minas, bem como para algumas de suas regiões.

²⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. **A pecuária e a produção de alimentos no período colonial**. In: SZMRECSÁNYI, Tomás(org). História Econômica do período colonial. São Paulo: HUCITEC, 2002. pp.99-100

²⁶ idem. pp.99-100

CAPÍTULO 2

AO SUL DA CAPITANIA DAS MINAS - FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE ITAJUBÁ

Parece ser bastante consolidada atualmente no campo historiográfico, a questão das grandes potencialidades do mercado interno no cenário socioeconômico mineiro, com forte destaque para o período pós-auge minerador. A província de Minas teria sofrido um processo de inversão econômica com o declínio do ouro para uma produção especificamente constituída pela agropecuária, não deixando de ressaltar as produções manufatureiras. Aliás, esse tipo de produção já era bastante lucrativo para certas unidades, que se especializaram em abastecer, principalmente, os centros mineradores, no período de auge do ouro. A concomitância da mineração com a produção para o abastecimento sempre foi algo presente na província.

Entretanto, o abastecimento alimentício para as regiões das Minas foi um fator complicado, no início da ocupação. A corrida pelos metais preciosos tinha sido tão grande, que as regiões exploradas não possuíam condições de oferecer um mínimo de infraestrutura para esses colonos. Na verdade, a questão do abastecimento alimentício colonial sempre foi um agravante, não muitas vezes, contornado e estruturado pelo Império Português, para todo o território ocupado na América Portuguesa.

2.1 – OCUPAÇÃO, SUBSISTÊNCIA E MINERAÇÃO NAS MINAS COLONIAIS.

Desde o início da ocupação da colônia, a finalidade de extrair riquezas, não existentes na Europa, levou os portugueses a darem uma maior importância aos produtos a serem exportados do que àqueles a serem por eles consumidos. De tal forma, preferiam trazer alimentos da metrópole. Como a população nativa se alimentava da pesca, da caça, da coleta e de uma incipiente agricultura, os portugueses procuraram se adaptar a este tipo de alimentação, substituindo produtos tradicionais pelos da terra.

Com o tempo, a cultura da cana, os investimentos, o alto número de mão-de-obra, a intensificação da escravidão e o crescimento populacional, decorrente da expansão territorial, provocaram sérios impactos e a necessidade de se produzir, nas áreas povoadas,

alimentos que se adaptassem ao clima e ao solo da colônia. A importação de outros continentes de animais e vegetais, para a criação e a cultura, foi crescente.

Sendo assim, as conclusões de Manoel Correa de Andrade são plausíveis para se entender a formação de um mercado interno especializado no abastecimento alimentício e de outros gêneros:

Analisando-se os problemas enfrentados pela pecuária e pela produção de alimentos na conjuntura histórico-social do Brasil colonial, pode-se chegar a conclusões de maior interesse para uma reflexão sobre a formação histórica e social do Brasil. Assim, o sentido da colonização levou o colonizador a privilegiar determinados produtos de exportação e deixar em posição secundária os destinados ao mercado local e da colônia. Daí o governo português ter estimulado a ocupação das áreas de grandes propriedades que produziam artigos de exportação, mas a necessidade de consolidação desta ocupação tornou possível o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno.²⁷

Para o caso de Minas, a efetiva ocupação do território se deu somente em fins do século XVII. Contudo, a aventura da ocupação dessa região era extremamente perigosa para os bandeirantes que se lançavam à procura de metais preciosos.

Segundo Mafalda Zemella, a entrada para o sertão dos bandeirantes a partir de 1674, foi fundamental para a descoberta de ouro e a ocupação da região, já que, nesse momento o caminho para as minas passou a ser aberto, criando-se assim as primeiras roças, que seriam fundamentais para servirem de suporte às interiorizações. O primeiro registro oficial da descoberta do ouro foi feito em 1695.²⁸ A partir desse momento, a corrida pelo interior das Minas foi crescente, como afirma Mafalda Zemella: *A notícia da descoberta do ouro espalhou-se rapidamente. A febre contaminou milhões de pessoas. O sertão foi tomado de assalto por bandeiras que se sucederam e as descobertas se multiplicaram ininterruptamente*²⁹.

Segundo Charles Boxer, quando houve a descoberta do ouro, nos anos de 1695 e 1696, havia apenas dois caminhos para essa região. O mais antigo conhecido como *Caminho Velho*, era percorrido pelos bandeirantes da Capitania de São Paulo, até as

²⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. **A pecuária e a produção de alimentos no período colonial**. In: SZMRECSANYI, Tamás (org). História Econômica do período colonial. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 2002. p.106.

²⁸ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP, 1951. apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 42

²⁹ Idem. P. 32 apud. Op. Cit. p. 42.

ramificações superiores do rio São Francisco (Caminho geral do sertão), *que acompanhava o Rio Paraíba, através da Serra da Mantiqueira, para a região norte do Rio Grande, onde se bifurcava para o Rio das Velhas e para o Rio Doce*³⁰. Tempos depois, um outro caminho foi aberto para a região das Minas que, para contrastar com o antigo, ficou conhecido como *Caminho Novo*.

Em relação às expectativas e as reações tomadas pelo Império Português acerca das notícias que chegavam sobre a descoberta, Charles Boxer afirma que as autoridades coloniais superiores viam aquela corrida do ouro com *sentimentos mesclados*. Isso porque, afirma o autor, a Coroa e o Conselho Ultramarino ficaram radiantes com a promessa de grande riqueza para Portugal e a possibilidade da descoberta do ouro. Entretanto, membros do governo, como D. João de Lencastre, temiam ser aquela riqueza *tão inútil para Portugal quanto a prata americana o fora para a Espanha*³¹, já que o ouro poderia chegar a Portugal e ser levado para outros países, para o pagamento de importações. Além disso, e das demais preocupações do Império em relação à ocupação, o povoamento e o controle da fiscalização do ouro nessa região, as repercussões da descoberta já estavam se alastrando por todos os lugares.

Em pouco tempo, a região das Minas viu nascer povoados e a migração de muitas pessoas para esses locais, em busca de riquezas. Obviamente, não só de ouro viveriam esses homens. Em pouco tempo, viram aquela região mineradora passar por períodos de escassez na alimentação, devido aos problemas de infra-estrutura dos povoados, do crescimento demográfico e a falta de atenção a esse tipo de cultivo para o abastecimento. Crises sucessivas foram acontecendo e, no período de 1697 e 1698, houve uma primeira crise que assolou o ribeirão do Carmo, que contava com pequenos arraiais ao longo de seu curso.

Pressionados pela fome, os mineradores começaram a criar soluções para sanar esse problema que atingia diretamente o trabalho da extração do ouro. Passaram a desbravar novos territórios e novos povoados surgiram, além de estabelecimentos com as primeiras atividades agrícolas na região. Segundo Diogo de Vasconcelos: *Preocupados, pois em matar a fome, e em fazer as roçadas para mantimentos, os primeiros moradores do Carmo*

³⁰ BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil**. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.64

³¹ Ibidem. p.66

*se espalharam já ao longo do ribeirão e de seus afluentes. E desse tempo se iniciaram as mais antigas fazendas do Carmo, do Gualaxo do Norte e do Gualaxo do Sul (1697-1698)*³².

Outras crises de fome ocorreram naquela região nos demais anos, mas logo os colonos das minas passaram a contornar a situação. A produção alimentícia passou a existir, concomitante com a extração mineral. Ao mesmo tempo, viram-se novos povoados sendo formados e, em pouco tempo, o governo das Minas e de São Paulo foi anunciando a criação de vilas nessa região, como a vila do Ribeirão do Carmo (Mariana), de Vila Rica e de Sabará.

2.2 – FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE ITAJUBÁ

Em 1709 foi criada a Capitania das Minas e de São Paulo e a região das Minas deixou de pertencer a Capitania do Rio de Janeiro. Mais tarde, esses dois territórios foram separados e se formaram a Capitania das Minas e de São Paulo, de acordo com o alvará régio de 1720:

Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem, que tendo considerado ao que me representou o meu Conselho Ultramarino, (...) e bom governo das ditas Cap. De SP e das Minas, e a sua melhor defeza, que a de S. Paulo se separem das que pertencem ás Minas, ficando dividido todo aquelle districto, que até agora estava na jurisdição de hum só governador, em dous governos e dous governadores (...)³³

Com a descoberta do ouro na região do Ribeirão do Carmo e de Vila Rica, nos fins dos seiscentos, as expedições de ocupação e exploração das terras na Capitania das Minas proliferaram também para as terras ao sul da Capitania. A área foi ocupada, principalmente por homens da Capitania de São Paulo que devassaram o território mineiro na busca desenfreada pelo metal precioso.³⁴

Sendo assim, interessa-nos agora discorrer acerca da formação e ocupação desse território ao sul da Capitania, mais precisamente, a formação da freguesia de Itajubá,

³² VASCONCELOS, Diogo de. **As primeiras vilas do ouro. Belo Horizonte:** 1962. p. 31. Apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 44

³³ Alvará separando SP e MG, 1720. In: Documentos interessantes para a História e costumes de SP. Vol. XI Índice XI. Divisas de SP e MG. São Paulo, 1896. p. 107. Arquivo do Estado de São Paulo.

³⁴ Para uma síntese dessa discussão ver: BOXER, Charles. Op. Cit. pp. 57-110

ponto referencial de nosso estudo. A principio, toda a região ao sul das Minas pertencia a Comarca do Rio das Mortes, tendo como sede a vila de São João del Rei. Como dissemos, essa região sul mineira foi ocupada, principalmente, a partir das descobertas do ouro na região central das Minas e logo se tornaria alvo de disputas entre a Capitania de São Paulo e das Minas.

Encravada bem ao sul da Capitania das Minas, a freguesia de Itajubá fazia fronteira com a Capitania de São Paulo, somente pela Serra da Mantiqueira. Ocupada nos princípios dos setecentos, essa freguesia fazia parte de uma região que deu origem ao que hoje se denominou *imprecisamente como o sul de Minas*, segundo Marcos Andrade.³⁵

Em relação ao período e a ocupação de Itajubá, alguns autores afirmam ter sido o sargento-mor, Miguel Garcia Velho, sobrinho do capitão, Manoel Garcia, residente na Vila de Taubaté e membro de uma das famílias de bandeirantes mais proeminentes da Capitania de São Paulo, que descobriu as minas do *Itagybá*.³⁶ Segundo Geraldino Campista, não se sabe a data precisa da fundação desse povoado, mas provavelmente tenha sido entre os anos de 1703 a 1705. Afirma o autor que, Miguel Garcia Velho, depois de ter voltado da região do Rio do Carmo, onde havia se dedicado à extração do ouro, para a Vila de Taubaté tenha subido a Serra da Mantiqueira. Ao afastar-se da estrada geral dos bandeirantes, na altura de Passa Quatro e pelos vales do Bocaina, transposta a Serra dos Marins, dirigiu-se ao planalto do Capivary, *descobrimdo pintas de ouro nas imediações do Córrego Alegre, em uma paragem a que denominou Caxambu, em virtude dos montes calvos ahi existentes e em cujo dorso ainda hoje se podem observar vestígios das catas então rasgadas*.³⁷

Entretanto, Waldemar Barbosa apresenta, em seu *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, uma segunda autoria para a descoberta do povoado, a Antonio Caetano Pinto Coelho, de acordo com informações de Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha, fidalgo da Casa Real, que teria sido o seu avô, citado acima, o descobridor das minas do

³⁵ O autor justifica essa sua afirmação, tomando emprestado as reflexões propostas por Ciro Cardoso, acerca da noção de região, baseado em variáveis, hipóteses, sem que uma opção adotada, seja a única correta para se definir a região. Sobre esse assunto ver: CARDOSO, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73. Apud. ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp.105-106

³⁶ CAMPISTA, Geraldino. **Itajubá. 1703-1832**. Memória Histórica. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d.p.446

GUIMARAES, Armelino. **História de Itajubá**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987. pp.39-40.

³⁷ CAMPISTA, Geraldino. Op. Cit. p. 445

Itajubá. Waldemar Barbosa afirma que Antonio Caetano Pinto Coelho era português, vindo ao Brasil como capitão-mor da Capitania de Itanhaém, com patente de 17 de maio de 1717 e haveria descoberto as minas do Itajubá, para onde abriu caminho e ali promoveu a distribuição das datas.³⁸

Independente da autoria da descoberta das Minas, alguns documentos apontam para a formação do povoado, por volta do início do século XVIII, de acordo com a portaria que ordena a Francisco de Godoy a cobrança de quintos de ouro nas minas do Itajubá:

Por me constar, q' das minas de Itajubá, do districto desta Capp.^{nia} vieraõ, o Guarda mor e Escrivão dellas, com alguas pessoas, e q' trazendo todos ouro p.^a o povoado não pagarão q.^{tos} a S. Mag. Q' D.^s q.' como herão obrigados. Ordeno a Francisco de Godoy de Almeida, escrivão do guarda mor das ditas minas q' se acha nesta cidade, assim q' se recolhe p.^a a villa de Taubaté aonde he morador, cobre logo de todas as pessoas q' vierem das ditas minas os q.^{tos} q' devem do ouro q' trouxeraõ, os quaes remeterá a esta cidade(...). São Paulo, 14 de fevereiro de 1724.³⁹

Geraldino Campista também cita alguns documentos pertencentes ao Arquivo de São Paulo, que fazem referência às minas de Itajubá, dentre eles um atestado do Pe. João da Silva Caualo:

Certifico em como entrei nestas minas novas de Itajubá em adjunto com Geraldo Cubas Ferreira com anno de assistir nellas e d'ahi a um mez, pouco mais ou menos, entrou Gaspar Vaz da cunha e contou tanta grandeza do Sapucahy e, com promessas altas que me fizeram elle dito e outras mais, me reduziram a seguir viagem com elles e como depois de chegado ao logar e achasse no engano, tornei para estas ditas minas donde estou assistente por nellas achou ouro de sobra e com conta pelo que tenho visto em algumas experiências que fez: tem _____ o guarda-mor e seu genro e seus camaradas e o estarem estas minas em má opinião não tem gente a ellas, foi por causa de um cavalheiro escrever cartas a Tabaybathé dizendo não haver ouro nestas minas e que estavam bromados; falso grandioso, porque ao contrario tenho visto e as mais que aqui se acham, não tiram sim de uma cata arrobas de ouro, mas tiram cousa que os agrade e por isto passar na realidade, juro esta verdade in verbo sacerdotis. Novas minas de Itajubá, em novembro – 3 de 1723 annos. O Pe. João da Sylva Caualo.⁴⁰

³⁸ O autor aponta referencia de documentação consultada no Arquivo Publico Mineiro.

BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1995. p. 158

³⁹ Portaria ordenada a Francisco de Godoy que cobre os quintos de ouro das Minas de Itajubá. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Índice XIII. São Paulo, 1896. Arquivo do Estado de São Paulo. p. 151

⁴⁰ Documento citado, pertencente ao Arquivo de Estado de São Paulo. CAMPISTA, Geraldino. Op.cit. p.449

Ainda segundo Geraldino Campista, o acesso e a comunicação entre a paragem de Itajubá com as povoações do Vale do Paraíba eram difíceis e a abertura de um caminho pela Serra da Mantiqueira era uma alternativa que encurtava as distâncias entre os povoados do vale com a serrana Itajubá. Esse caminho foi aberto pelo Capitão Lazaro Fernandes, da freguesia de N. Sra. da Piedade(atual Lorena/SP), atraindo novos moradores pra Itajubá. Entretanto, os moradores da freguesia de Itajubá não sofriam apenas com o difícil acesso e a falta de comunicação com outros lugares, mas também com a cobrança de impostos, por parte da Coroa, devido à exploração das minas. Os impostos abusivos era um fator prejudicial aos mineradores do povoado, bem como se viu para muitas regiões auríferas das Minas. Afirma o autor ser o ouro extraído de Itajubá de má qualidade, tendo sempre na permuta, valor inferior, o que atraía a insatisfação do povoado que não conseguia pagar os impostos.⁴¹

2.3 – DISPUTAS TERRITORIAIS AO SUL DAS MINAS

Podemos perceber que a região ao sul da Capitania das Minas foi sempre território de disputas entre essa capitania e a Capitania de São Paulo, o que gerou inúmeros conflitos entre os dois lados pela ocupação das terras. Vários episódios marcaram essa disputa, como o que se observa na documentação do Arquivo do Estado de São Paulo, em que a freguesia de Santa Anna do Sapucahy, ao sul do Rio Sapucahy se tornou região de conflitos por volta das primeiras décadas do século XVIII, até que em 1749, o ouvidor geral do Rio das Mortes, Thomaz Rubim de Barros demarcou a região para a Capitania das Minas. Contudo, anos antes, eram registradas essas disputas nas cartas do governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor, de Santa Anna do Sapucahy, Francisco Martins Lustoza, no ano de 1746:

Na carta que vossa mercê me escreve de 22 de maio, vejo a noticia que me dá do attentado que cometeerao os officiaes da Comarca do Rio das Mortes e o louvável modo com que Vossa Mercê lhes rebateo o animo com que vinhao de espoliar a Vossa Mercê, e a esta Capitania, da posse em que está desse descuberto(...) novamente lhe recommendo a mesma cosntancia, no caso que elles voltem a querer insistir na sua terra, ainda que entendo o não farao, baldando segunda vez a sua viagem; porem no

⁴¹ CAMPISTA, Geraldino. Op. Cit. p. 456

caso o fizerem, Vossa Mercê sustentara a todo o custo as ordens que lhe tenho dado, não lhes consentindo que fação acto algum possessório, ou de jurisdição, antes me fora logo aviso, porque quero ter o gosto de ir pessoalmente a esse descoberto com alguns soldados desta praça e fazer conduzir presos(...)⁴²

Da mesma forma, a sede do termo, em que se encontra a freguesia de Itajubá, Campanha da Princesa, foi ocupada e exigida sua posse pelo governador de São Paulo por várias vezes e o mesmo tipo de providência teve que ser tomado pela Comarca do Rio das Mortes. Marcos Ferreira afirma que os conflitos entre os homens da Capitania de São Paulo e os representantes da Comarca do Rio das Mortes não cessaram, nem mesmo com a chegada do ouvidor, muito menos com a criação do arraial, perdurando boa parte dos setecentos. Assim, o autor da posse foi ratificado em 1745, pela Câmara da Vila de São João del Rei, pois um representante do governo de São Paulo exigia a posse do arraial. Segundo o autor, disputavam, na verdade, uma área estratégica, de fácil acesso ao Rio de Janeiro e a São Paulo, o que facilitava o extravio do ouro.⁴³

Podemos perceber, a partir da documentação analisada, que mesmo depois da criação do bispado de Mariana, em 1745, a freguesia de Itajubá e outras próximas, continuaram pertencendo ao bispado de São Paulo, até meados do século XIX, mesmo sob jurisdição administrativa da Capitania das Minas. Talvez ainda não seja possível compreendermos – e isso será nossa preocupação para trabalhos futuros – como se dava essa organização administrativa para a Capitania das Minas e a organização religiosa para o bispado de São Paulo, para o caso da região sul mineira. De acordo com Caio Boschi, sabemos que os bispados tinham mais do que a função de executar os sacramentos e cuidar da vida moral e espiritual dos colonos, servindo também para complementar a administração civil do Império Português.⁴⁴

Para o sul da Capitania das Minas é possível entender essa função também administrativa do bispado. Entretanto, acreditamos ser provável que a jurisdição do bispado de São Paulo sobre essas freguesias - mesmo muito tempo depois da criação do bispado de Mariana – se explique pela forte presença de representantes da Capitania de

⁴² Carta do governador da Capitania de São Paulo ao Capitão-mor, de Santa Anna do Sapucahy, Francisco Martins Lustoza, 1746. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Índice XI. São Paulo, 1896. Arquivo do Estado de São Paulo

⁴³ ANDRADE, Marcos. Op.cit. pp.105-106

⁴⁴ Para essa questão ver: BOSCHI, Caio. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Atica, 1986.

São Paulo nesse território, provocando conflitos pela posse dessas terras e por uma disputa também eclesiástica dos dois bispados por essa região. É o que se verifica para o caso da disputa pela matriz da freguesia de Itajubá:

Senhores officiaes da Câmara- diz o procurador da Mitra deste Bispado de São Paulo que para certos requerimentos que tem o bem da mesma me he preciso huma atestação de vmcês. pela qual conste que os primeiros moradores de Itajubá sempre foram súbditos deste bispado, tendo por parochio no principio da povoação da freguezia da Piedade e depois de se erigir capella naquelle lugar, Capellao Curado que foi o primeiro Revdo. Antonio da Silveira e hoje se acha freguezia provida de vigário e dividido da Piedade, sem que em tempo algum fossem os seus moradores sujeitos no espirital ao Bispado de Mariana.(...)⁴⁵

2.4 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS PARA A FREGUESIA DE ITAJUBÁ

Segundo Armelino Guimarães, em 1762, a capela curada foi elevada à freguesia, com igreja matriz, conforme a portaria desta data de Dom Frei Antonio de Madre de Deus, bispo de São Paulo. A construção da capela há alguns anos atrás resolvia o problema da população que, dentre as outras dificuldades encontradas, tinha que manter suas obrigações religiosas no Vale do Paraíba (mais precisamente na freguesia de N. Sra. da Piedade, atual cidade de Lorena/SP, logo após descerem a Serra da Mantiqueira), por falta de um padre que cumprisse com as funções religiosas na própria freguesia. A freguesia de Itajubá também era considerada um julgado, isto é, uma povoação sem pelourinho, nem privilégio de vila, mas mantendo justiça própria.⁴⁶ Ao receber a função de julgado, possivelmente, a freguesia de Itajubá não se restringiria a atuar somente em sua localidade e poderia atender a outras regiões do termo de Campanha da Princesa.

Para Minas, a primeira metade do século XIX foi marcada pelo desmembramento, supressão e criação de novos distritos, vilas e comarcas, implicado pelas transformações de ordem econômica, demográfica e de infra-estrutura de várias localidades. Entretanto,

⁴⁵ Certidão de posse da Igreja de Itajubá – 1766. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo, 1896. p.188 Arquivo do Estado de São Paulo.

⁴⁶ GUIMARAES, Armelino. Op. Cit. p. 41

Afonso Alencastro, atenta para as maleabilidades dessa divisão jurídico-administrativa, as quais seriam submetidas às regiões de Minas.⁴⁷

Em 1815, o juiz de fora e vereadores da Vila de Campanha da Princesa solicitaram a criação de uma nova comarca, tendo a Vila de Campanha como sede da mesma.⁴⁸ Sendo assim, quase todas as freguesias desse termo, como a freguesia de Itajubá, passariam a pertencer à nova comarca, mesmo sob os protestos daqueles que alegavam não serem os homens da Vila de Campanha competentes para o preenchimento dos cargos, além do descontentamento da Comarca do Rio das Mortes em perder parte de suas terras.⁴⁹ Entretanto, a criação de uma nova Comarca seria uma reivindicação para atender melhor as necessidades daquelas localidades e também aos interesses e privilégios da elite colonial do termo, devido à distância da Vila de São João del Rei.

A euforia que motivou tantos homens, desde o fim do século XVII e durante grande parte do século XIX a ocupar e explorar o ouro na região das Minas foi responsável pela formação da freguesia de Itajubá, contudo aquelas terras, na Serra da Mantiqueira, não responderiam aos interesses desses mineradores por muito tempo. Anos depois da ocupação do território, o garimpo se tornou efêmero e as *catas e as gupiaras* não compensavam o trabalho e não correspondiam à expectativa dos mineradores. Segundo Armelino Guimarães, a população teria que rearranjar a sua economia e consorciá-la com a mineração:

Os aventureiros que, depois de Miguel Garcia Velho, lá estiveram logo abandonaram aquelas minas, Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, que já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornaram agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouco, não chegava com menos interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos, manteigas e da criação de aves, cabras, suínos, alguns porcos, ovelhas e gado alto.⁵⁰

Dessa forma, a rearticulação econômica da freguesia era necessária e logo a agropecuária tomou o posto de principal atividade. Mesmo assim, a localização geográfica não favorecia o cultivo e a criação de gados. Depois da escassez do ouro, ainda no início

⁴⁷ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do oeste**: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. pp.23-32

⁴⁸ ANDRADE, Marcos. Op.cit.p.108

⁴⁹ Idem, p.108

⁵⁰ GUIMARAES, Armelino. Op. Cit. p. 57

do século XVIII e após ter pertencido aos termos de São João del Rei e de Campanha da Princesa, a freguesia de Itajubá transferiria sua matriz para as proximidades do Vale do Sapucaí, em um local denominado Boa Vista do Sapucaí, onde por muito tempo já haviam sesmarias distribuídas, como as terras de Antonio de Oliveira Lopes (o Troca-roupa ou pouca-roupa), tipógrafo condenado pelo movimento da Inconfidência Mineira.⁵¹

O Pe. Lourenço da costa Moreira, nomeado para o cargo de pároco, em 1818, para a freguesia de Itajubá, convenceu grande parte de seus fiéis, das potencialidades da nova área e da escassez e pobreza que se encontravam no alto da Serra da Mantiqueira. A partir de 1819, começaram a migrar para a região de Boa Vista do Sapucaí.

Segundo Armelino Guimarães, já existiam fazendas na região de Boa Vista do Sapucaí, mas nada, parecido com a formação de um arraial. O Pe. Lourenço recebeu terras dos sesmeiros para a construção da matriz e para a infra-estrutura do novo povoado. Houve desentendimentos entre o Pe. Lourenço e aqueles que se opuseram a transferência do povoado que o acusaram de abandono de suas funções paroquiais na freguesia de Itajubá.⁵²

Entre 1828 ou 1829, o vigário, reunindo o povo em procissão para o transporte da imagem de N. Sra. da Soledade e os paramentos para a nova igreja, foi surpreendido com a oposição de alguns moradores que armados foram ao encontro da procissão. A solução encontrada foi à permanência da imagem na capela velha e os paramentos para a nova igreja.⁵³

O direito regencial de Feijó, de 14 de julho de 1832, transferia a sede da freguesia de Itajubá para Boa Vista do Sapucaí - que se convencionou chamar de *Itajubá Novo*, ou *Boa Vista do Itajubá* - onde a paróquia seria transladada para a nova igreja e o antigo povoado se tornaria curato até 1842, quando voltaria a se tornar freguesia (conhecido como *Itajubá Velho*). Em 1848, seria criada a Vila de Boa Vista do Itajubá, desmembrando-se da Vila de Campanha da Princesa. Finalmente, em 1862, a lei nº 1149, elevaria a vila à condição de cidade. No século XX, com a emancipação de alguns

⁵¹ Ibidem. pp. 48-50

⁵² Ibidem. p.46

⁵³ BARBOSA, Waldemar. Op. Cit. p.159

distritos pertencentes à cidade de Itajubá, o antigo povoado, onde se originou a freguesia, no início do século XVIII, passou a se chamar Delfim Moreira.⁵⁴

⁵⁴ Idem. p. 159.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA PRODUTIVA E POSSE DE ESCRAVOS PARA A FREGUESIA DE ITAJUBÁ (1766-1810)

Depois de contextualizar a região sul mineira, juntamente com a freguesia de Itajubá, cabe-nos agora apontar alguns aspectos que, talvez, nos possibilite demarcá-la como integrante das transformações socioeconômicas em que a região de maior extração mineral da Capitania passaria, a partir das últimas décadas do século XVIII.

Como vimos, o sul mineiro recebeu forte ocupação, principalmente, a partir da corrida ao ouro, nos fins do século XVII. Muitos povoados nessa região surgiram, a partir de então, estimulados pelas riquezas advindas da descoberta do ouro, na Vila do Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará. De tal forma, as disputas territoriais pela a ocupação efetiva do sul mineiro foram freqüentes entre as Capitânicas de São Paulo e a Capitania das Minas, na busca por metais preciosos e também pelo aproveitamento natural das terras para a agropecuária.

Entretanto, a economia do sul das Minas se apresentava promissora, desde então, não somente pelo potencial de suas minas auríferas, mas, principalmente pela produção vinculada à agropecuária, destinada também para o mercado de abastecimento.

Segundo Marcos Andrade, a mineração ainda é uma atividade, em que seu peso é pouco esclarecedor para a economia sul mineira. Entretanto, seria correto dizer que essa atividade na região ainda exercia certa atração na exploração das lavras, no decorrer do século XIX. Contudo, o próprio autor afirma que as unidades produtivas, que se encarregavam da extração do ouro, estavam sempre consorciadas a outra atividade e muito poucos foram os casos de propriedades que se dedicavam somente à mineração. No caso do termo de Campanha da Princesa, a Freguesia de São Gonçalo teve grande destaque na exploração mineral.⁵⁵ Para o caso da Freguesia de Itajubá, percebemos que a exploração do ouro durou apenas alguns anos, logo após sua formação, ainda no início do século XVIII. Os mineradores e o restante da população da área tiveram que reverter essa situação, especializando-se na produção agropecuária. Assim nos informa:

⁵⁵ ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp. 128-130

Os aventureiros que, depois de Garcia Velho, lá estiveram. Logo abandonaram aquelas minas. Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, que já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornaram agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouco, não chegava com menos interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos e manteiga, e da criação de aves, cabras, suínos, algumas poucas ovelhas e gado alto. O pouco que sobrava desses produtos, depois de suprida a população local, era levado, em lombo de burro, serra abaixo, para o mercado de Guaratinguetá, da Piedade (atual Lorena/SP) e raramente outros pontos comerciais do Vale do Paraíba.⁵⁶

Com a transferência de parte da população da freguesia, liderada pelo Pe. Lourenço da Costa Moreira, a partir de 1819, para a região de Boa Vista do Sapucaí, esses indivíduos encontraram melhores condições para o cultivo, a criação de animais e o estabelecimento de um comércio local. O próprio Armelim Guimarães nos afirma que:

(...) Iam adquirindo terras, ocupando glebas e ribeirões, antes pertencentes a sesmeiros, e a formação urbana do vilarejo do Pe. Lourenço rapidamente se realizava à margem direita do Sapucaí, crescendo e embelezando-se com boas e sólidas residências e mansões, pois todos os fazendeiros e lavradores queriam ter casa ou chácara na cidade. Os cereais e o gado, a indústria de rapadura, queijos, manteiga e aguardente emprestaram o primeiro impulso ao progresso, muito favorecendo para isso o escoamento desses produtos que, muito cedo, se fazia pelas barcas pelo Sapucaí (documentos desde 1829, fazem menção dessas barcas), os quais encontravam comércio nas localidades do oeste; ou por meio de tropas que transportavam cargas para Pouso Alegre, Campanha Baependi, Pouso Alto e outros lugares populosos de Minas Gerais, sem os riscos dos salteadores da Mantiqueira e outras dificuldades que a serra oferece (...) Além disso, era excelente o clima que propiciava o bem êxito na lavoura e melhores pastagens para os rebanhos.⁵⁷

Dessa forma, a nossa pesquisa tem como ponto de partida a Freguesia de Itajubá, procurando estabelecer os primeiros apontamentos sobre a sua formação, a estrutura produtiva e a posse de escravos, no período de 1766 a 1810. Já apresentamos parte da documentação pesquisada no capítulo 2 e agora, basearemos nossas conclusões nas pesquisas feitas a partir dos inventários post mortem encontrados no Fórum Venceslau Brás, em Itajubá, para a respectiva freguesia e proximidades, ligadas ao termo de Campanha da Princesa.

⁵⁶ GUIMARAES, Armelim. Op. Cit. p.57

⁵⁷ Ibidem. pp. 92-93

Nessa primeira etapa da pesquisa, que originou essa monografia de final de curso, realizamos uma análise de 24 inventários, no período abarcado. Nosso objetivo foi observar a composição dessas unidades produtivas, suas potencialidades para a mercantilização, e sua hierarquização social surgidas a partir desse ramo econômico, bem como apontar características relevantes sobre a posse e a composição da mão-de-obra escrava, utilizada nessas atividades.

Em relação à fonte cartorial em questão, acreditamos que esta não seja suficiente para responder a todas as questões levantadas, sendo para isso necessário que utilizássemos outras fontes que viessem a confirmar ou esclarecer melhor sobre nosso objetivo. Entretanto, as fontes cartoriais foram muito utilizadas no trabalho do historiador e, no caso dos inventários, grandes pesquisas para a composição econômica da História do Brasil foram realizadas a partir dessa documentação. Além de um levantamento quantitativo, propomo-nos a recuperar informações também qualitativas, que os inventários possam nos fornecer. Assim, esse tipo documental nos apresentou o valor montante de cada unidade produtiva, bem como seus móveis e imóveis, traduzindo parte do universo cotidiano e social de cada família e propriedade, da mesma forma que podem nos oferecer dados importantes sobre a demografia, composição e mão-de-obra escrava nessas unidades. Ressaltamos, porém que, os inventários são tipos de documentos que expressam o poder social e a hierarquia daqueles indivíduos. Sendo assim, nem todos os indivíduos acumularam bens ao fim de suas vidas, naquela sociedade, para que fosse realizado o inventário.

Mesmo diante de um número documental relativamente pequeno, no caso dos inventários analisados, acreditamos ser possível, ainda assim, fazer apontamentos iniciais acerca da configuração que essas unidades produtivas ganharam; o que vem a contribuir para ratificar a vocação agropecuária do sul mineiro. De tal forma, conjugaremos os dados quantitativos coletados com as informações de caráter mais qualitativas dos próprios documentos.

3.1 – INDÍCIOS PARA A DIVERSIDADE ECONÔMICA: A FREGUESIA E SEU POTENCIAL MERCANTIL

Marcos Andrade afirma que, para o Termo de Campanha a atividade agropecuária irá adquirir grande extensão, possibilitando *garantir a sobrevivência de pobres e sitiante e farão à fortuna de alguns fazendeiros*.⁵⁸ Informações que vem a confirmar as proposições de Afonso de Alencastro, em sua tese de doutorado, acerca da diversidade econômica da Comarca do Rio das Mortes, bem como esse tipo de economia proporcionaria um padrão de riqueza considerável aos indivíduos dessa elite mercantil.⁵⁹

Para o caso da Freguesia de Itajubá, os números vêm a confirmar o potencial dessas unidades produtivas, de acordo com o método já utilizado por Carla Almeida. Ou seja, optamos por categorizar como pequenas propriedades, aquelas que possuem um plantel de 1 a 5 e de 6 a 10 escravos; médias propriedades de 11 a 20 escravos; grandes propriedades com mais de 20 escravos.⁶⁰ Vejamos os números:

**TABELA 1: Estrutura de posse de escravos por faixa de plantel:
Itajubá (1766-1810)**

Faixa de Plantel	1766-1810			
	Proprietários		Escravos	
	#	%	#	%
1-5	04	16,7	14	4,5
6-10	05	20,8	42	13,3
11-20	12	50	189	60
+20	03	12,5	70	22,2
TOTAL	24	100	315	100
S/E	-	-	-	-

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG.

S/E: sem escravos.

⁵⁸ ANDRADE, Marcos. Op.cit. p. 120

⁵⁹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Op.cit.

⁶⁰ ALMEIDA, Carla. Op. Cit. pp. 135-137.

Percebemos na tabela acima que, o número de médias propriedades equivale a 50% do total e concentra o maior número de escravos (60%). Da mesma forma que, o número de grandes propriedades, mesmo sendo de apenas 12,5%, possuem 22,2% da escravaria. Isso nos dá um panorama do que vem sendo confirmado para o termo de Campanha da Princesa e para a Comarca do Rio das Mortes, já que, muitos autores consideram que o nível de concentração das propriedades escravas é muito expressivo e revelam a importância econômica da região, para fins do século XVIII e por décadas do século XIX. Vale ressaltarmos que para a Freguesia de Itajubá, nenhuma propriedade foi listada, sem que houvesse um escravo arrolado, o que nos leva a crer na importância da mão-de-obra cativa para a economia da freguesia.

Como apresentado, esses dados contribuem para ratificar a posição considerável, principalmente das médias propriedades para a região, agregadas a posse de escravos. Afonso Alencastro, ao estudar as elites mercantis e a economia de subsistência em São João del Rei, no período de 1831 a 1888, apontou para a expressividade das unidades escravistas na Comarca do Rio das Mortes, à altura das propriedades voltadas para agroexportação.⁶¹ Marcos Andrade considera muito aproximados os números encontrados para o termo de Campanha, com média semelhante de escravos para as grandes propriedades encontradas por Afonso Alencastro para São João del Rei.⁶²

Interessante notar que para localidades próximas à Freguesia de Itajubá, alguns autores que trabalham com o Vale do Paraíba Paulista, como Renato Leite Marcondes, ao estudar a gestão da economia cafeeira na região, mais precisamente Lorena (Freguesia de Piedade) em 1829, constata um nível maior de concentração da escravaria entre aqueles proprietários que possuíam 20 escravos ou mais.⁶³

Em relação à comparação produtiva dessas unidades, Marcos Andrade afirma que a diversidade de produção para o termo de Campanha da Princesa era bastante recorrente, destacando a produção agropecuária.⁶⁴ Outros autores já haviam ressaltado a importância da atividade agropecuária para a região sul mineira de forma mais genérica. Caio Prado

⁶¹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Op. Cit. pp. 125-128

⁶² ANDRADE, Marcos. Op.cit. p.115

⁶³ MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1988. pp.89-91 Apud. ANDRADE, Marcos. Op.cit. p.116.

⁶⁴ ANDRADE,... Op. Cit. pp.117-122

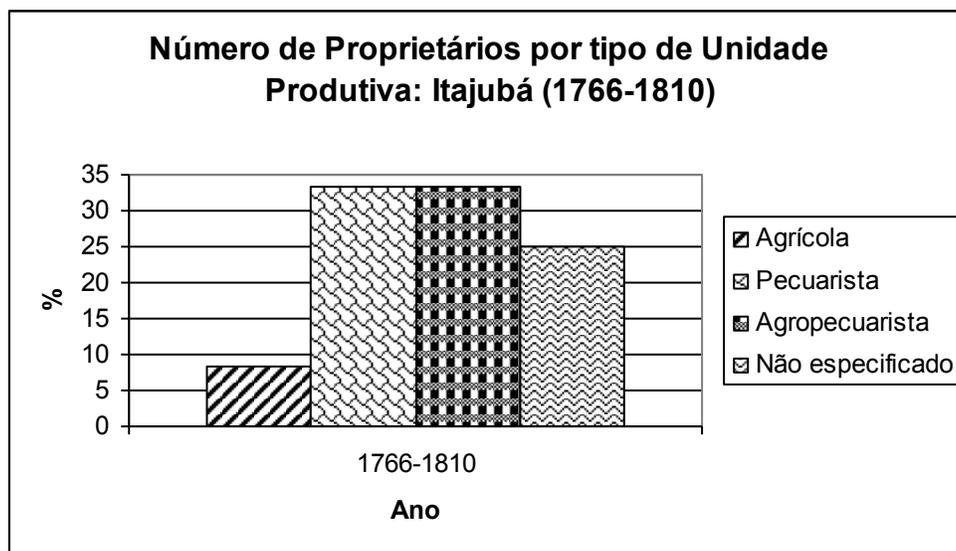
destacou o desenvolvimento das fazendas voltadas para a pecuária, desde meados do século XVIII, ao descrever os núcleos de povoamento no interior de Minas, mais especificamente o sul da Capitania, na bacia do Rio Grande, onde se formava a Comarca do Rio das Mortes.⁶⁵ Alcir Lenharo também afirma a diversidade produtiva da Comarca do Rio das Mortes, apontando a região sul mineira como uma região bastante dinâmica, além de demonstrar uma maior independência para os agentes nas práticas mercantis, como também uma maior acessibilidade das tropas para os caminhos que levariam a Corte.⁶⁶

Para exemplificar a diversidade produtiva encontrada para a Freguesia de Itajubá, utilizaremos no quadro abaixo a metodologia aplicada por Marcos Andrade ao estabelecer um padrão de diversificação produtiva para o termo de Campanha. Para classificar os tipos de atividades mais recorrentes entre os proprietários, indicando o padrão das fazendas sul mineiras, o autor optou por contabilizar os inventários, considerando a atividade mais importante desenvolvida por cada proprietário. Contudo, lembramos que, embora haja a classificação da atividade mais importante de cada unidade, a expressiva maioria desempenhava atividades consorciadas. O autor considerou agricultores todos aqueles indivíduos que tinham arrolado entre seus bens algum tipo de produção agrícola (milho, feijão, arroz, fumo, etc); foram considerados pecuaristas, aqueles que exclusivamente apontavam para a criação de animais (gado vacum, porcos, cavalos, ovelhas, etc); os agropecuaristas são aqueles em que as duas atividades estão claramente consorciadas.⁶⁷ Em relação à produtividade da freguesia de Itajubá, privilegiamos para esse gráfico, somente esses tipos de produção, listados nitidamente nos inventários e com um número considerável que indicam potencialidades para o mercado, por mais que seja evidente que outras atividades coexistiam também na região da freguesia, como a mineração e a produção dos engenhos de açúcar.

⁶⁵ PRADO JR, Caio. Op. Cit. p.57

⁶⁶ LENHARO, Alcir. Op. Cit. pp.78-80

⁶⁷ ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp.117-118



Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG.

*Tabela anexa I: Número de Proprietários por tipo de Unidade Produtiva: Itajubá (1766-1810)

Percebemos a maioria das unidades produtivas tendo como atividade principal a pecuária e a agropecuária (33,3% cada). Apesar de número pequeno de documentos analisados, as informações observadas nos dão um panorama das principais atividades desenvolvidas pela freguesia, o que vem a confirmar a vocação sul mineira para as atividades da agropecuária e da pecuária, em especial. Lembramos que essa escolha – em classificar as unidades produtivas, a partir da atividade mais evidente nos inventários - não desconsidera que essas não realizavam outras atividades. Pelo contrário, em todos os inventários é nítida a presença de atividades consorciadas.

O inventário de 1777, de Maria Teresa, residente na paragem de Palmela, pode nos fornecer um exemplo de uma propriedade fortemente agropecuarista. Pelos bens arrolados em seu inventário havia propriedades *com terras minerais e fazendas de cultura*, com *96 carros de milho, parte no payol e parte na roça, 60 alqueires de feijão no payol e 50 alqueires de arroz*. No momento da declaração dos bens, também havia *120 cabeças de porco e 40 cabeças de gado vacum*, dentre cavalos, éguas, potros e bois de carros listados. Além disso, foram declaradas sacas de sal e sabão e uma escravaria de 21 cativos.⁶⁸ Ao

⁶⁸ Inventário post mortem de Maria Teresa (1777). Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG. Lembramos que os acervos cartoriais do fórum (inventários para o século XVIII e XIX) foram encontrados

arrolar sacas de sal e sabão, esses produtos poderiam não só atender ao consumo de sua propriedade, como também garantir alguns mil-réis a mais, através da mercantilização na porteira da própria fazenda.

Outro documento que nos fornece informações importantes da dinamização das unidades produtivas para a região, encontra-se nos bens arrolados de Manoel Rodrigues da Costa, inventariado por sua esposa, D. Leonor Ferreira de Jesus, no ano de 1804. Foram declaradas *200 cabeças de gado vacum, 88 vacas com suas crias, 34 cabeças de ovelhas, 21 porcos capados, 14 cabeças de éguas, 14 bois de carro*, dentre algumas bestas, potros, burros e cavalos.⁶⁹ Essa propriedade nos fornece bons indícios de uma unidade que se dedicava principalmente à pecuária, entretanto também é visível seu envolvimento com a agricultura, por mais que não apresentasse produção de alimentos no momento da realização do inventário. O número do seu plantel é considerável (18 escravos), que deveria se dividir no trabalho da fazenda.

Segundo Marcos Andrade, a importância que as atividades adquiriram na região, pode ser constatada não só pelo número de proprietários qualificados como agricultores, pecuaristas ou agropecuaristas, mas também pela produção de alimentos e pela criação de animais. Para o autor, *o traço marcante é que todas as unidades produtivas (escravistas ou não) estavam diretamente ligadas à produção de alimentos e/ou à criação de animais.*⁷⁰ Isso demonstra como essas atividades eram, de fato, muito mais frequentes no espaço social desses agentes que o esperado. No ano de 1801, D. Theodora Maria de San Jose, inventariante de seu marido, Manoel Pereira de Macedo, era uma pequena proprietária, dona de dois escravos. Possuía uma *morada de casa coberta de telhas com seus pertences, uma parte de terras de cultura, três bois de carro, oito cabeças de gado, um cavalo e alguns instrumentos de trabalho.*⁷¹

sem nenhum tipo de organização para pesquisa. Estamos realizando um trabalho de preparação e catalogação desse material para que possam oferecer melhores condições a futuras pesquisas.

⁶⁹ Inventário post mortem de Manoel Rodrigues da Costa (1804). Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

⁷⁰ ANDRADE, Marcos. Op. Cit. p 120

⁷¹ Inventario post mortem de Manoel Pereira de Macedo (1801). Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

3.2 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ANIMAIS

Neste instante, cabe-nos apresentar os tipos de alimentos e animais que mais foram citados, no momento da realização dos inventários. De alguma forma, esses dados contribuem para verificar o consórcio de atividades nessas unidades e se o que era produzido dava margens a mercantilização e se eram semelhantes à produção do termo de Campanha. De acordo com Marcos Andrade, os gêneros agrícolas mais comumente encontrados nos inventários, para o termo de Campanha foram o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. Os três primeiros itens faziam parte da dieta básica da população, além do milho servir para a alimentação de animais.⁷² Para os inventários analisados em Itajubá, os tipos de culturas que mais constaram foram os seguintes:

**TABELA 2: Tipos de culturas produzidas nas U.P. 's por faixa de plantel:
Itajubá (1766-1810)**

Produção Agrícola	Faixa de Plantel								TOTAL	
	01-05	%	06-10	%	11-20	%	+20	%	#	%
Milho	-	-	01	14,3	05	71,4	01	14,3	07	100
Arroz	-	-	-	-	-	-	01	100	01	100
Feijão	-	-	-	-	-	-	01	100	01	100
Fumo	-	-	-	-	02	-	-	100	02	100
Cana	-	-	-	-	01	-	-	100	01	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

Primeiramente, esclarecemos que não utilizamos o critério de selecionar a maior produção alimentícia de cada inventário para representar a respectiva unidade. Cotamos todas as produções listadas em todos os inventários, tendo em vista que em um único documento era possível encontrar várias produções especificada, seja *“parte no payol e parte na roça”*, como consta no inventário, já citado, de Maria Teresa, da paragem de Palmela, em que foi declarado *96 carros de milho, 60 alqueires de feijão e 50 alqueires de*

⁷² ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp.121-122

arroz.⁷³ Sendo assim, a intenção dessa tabela é descrever os tipos de cultura listadas nos inventários classificados por faixa de plantel e comparar essa produção com aquelas produzidas no termo. Ressaltamos, que nem todos os documentos apresentavam uma descrição devidamente marcada, em relação ao item colheitas e plantações, no momento em que os inventários foram preparados.

Da mesma forma que Marcos Andrade observou para Campanha da Princesa, a produção de milho se destaca também para a freguesia de Itajubá, estando presente este tipo de cultura desde pequenas unidades a grandes unidades.⁷⁴ A cultura do milho para a região sul mineira, já era algo apontado por Alcir Lenharo, em *As tropas da moderação*, quando a região se tornou o principal pólo abastecedor da Corte, especialmente após 1808.⁷⁵ Entretanto, como demonstrou Roberto Martins, a exportação de milho em grão para o Rio de Janeiro ou São Paulo era muito pequena.⁷⁶ Robert Slenes reitera essa informação de Martins, contudo alega que a exportação indireta desse produto, se dava em lombo de porco.⁷⁷ Essa hipótese de Slenes vem sendo cada vez mais confirmada por outros pesquisadores, em relação ao sul mineiro. É bastante apropriado que o comércio de porcos para a Corte e outros lugares tenha intensificado o cultivo de milho. No caso da Freguesia de Itajubá, a presença constante nos inventários da criação de animais (bestas, cavalos, gados, etc) demonstra os meios utilizados para os transportes das tropas para a conexão sul de Minas e Rio de Janeiro. Vale ressaltarmos, a produção de milho para a freguesia, principalmente, entre as médias propriedades (71,4%), na maioria dos casos consorciada com demais cultivos nessa faixa de unidade produtiva.

Em relação a outras culturas, percebemos que para a freguesia estudada houve pouca presença da cana-de-açúcar e do fumo entre os bens arrolados. Contudo, alguns inventários trazem indícios de alambiques e engenhos, no caso da cana, para as produções de açúcar e aguardente. Segundo Marcos Andrade, a presença de engenhos era bastante comum para o termo de Campanha, ocupando posição considerável na produção açucareira. O autor reitera que, mesmo a produção da cana tendo sido evidente para a região, estava

⁷³ Inventário post mortem de Maria Teresa (1777). Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

⁷⁴ Ver tabela anexa II, para o termo de Campanha da Princesa (1802-1865) proposta por Marcos Andrade.

⁷⁵ LENHARO, Alcir. Op. Cit.

⁷⁶ MARTINS, Roberto. Op. cit

⁷⁷ SLENES, Robert. Op. cit. p.481

sempre consorciada a outras culturas e a criação de animais.⁷⁸ Para o caso do fumo, Andrade afirma a sua importância para a economia sul mineira, mas precisamente para o termo de Baependi – questões já abordadas por outros autores de forma genérica, mas que necessitam de estudos aprofundados – com alta produção vinculada com o tráfico internacional.⁷⁹

Em relação à criação de animais, vejamos agora a composição da produção na freguesia de Itajubá por faixa de plantel:

**TABELA 3: Tipos de animais criados nas U. P. 's por faixa de plantel:
Itajubá (1766-1810)**

Criação de animais	Faixa de Plantel								TOTAL	
	01-05	%	06-10	%	11-20	%	+20	%	#	%
Gado Vacum	03	18,75	04	25	06	37,5	03	18,75	16	100
Bois de carro	02	12,5	03	18,75	08	50	03	18,75	16	100
Porcos	-	-	03	30	05	50	02	20	10	100
Bestas	01	25	01	25	02	50	-	-	04	100
Cavalar	04	20	04	20	09	45	03	15	20	100
Ovelhas	01	11,1	01	11,1	06	66,7	01	11,1	09	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

Ressaltamos que o método utilizado para a confecção da tabela foi o mesmo adotado na tabela II, ou seja, descrevemos todos os tipos de animais presentes no momento em que foram arrolados os bens, tendo em vista que para uma mesma unidade poderia ter a criação de vários animais. O que nos importaria nesse momento é perceber a incidência da criação de cada tipo para as unidades da freguesia.

Percebe-se que a presença de animais é bastante freqüente em todas as faixas de plantel, o que demonstra a ligação dessa produção, mesmo para somente satisfazer as necessidades da própria unidade. Dessa forma, é provável que esta criação pudesse também estar ligada indiretamente à produção de outros produtos (como a produção de queijos, o

⁷⁸ ANDRADE, Marcos. Op. Cit. pp. 123-125

⁷⁹ FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura.... p.129

transporte de alimentos) ou a produção para a mercantilização direta para o consumo da carne, por exemplo.

A incidência na tabela 3 para a criação de gado vacum e porcos pode confirmar essa colocação. Lembramos também que se em apenas um inventário não foi listado a criação de animais e que nos demais a criação era variada (66,7%), o que representa a diversidade da produção pecuarista numa mesma unidade produtiva. João Antonio da Fonseca, ao declarar os bens de sua mulher, Francisca Tereza de Jesus, em 1785, apresentou a composição pecuarista de sua propriedade: *seis cavalos, 12 bois de carro, 210 cabeças de gado vacum, 29 cabeças de ovelhas e 28 porcos de chiqueiro*, que estava consorciada a demais atividades produtivas, dentre a qual se ligava um plantel declarado de 25 escravos.⁸⁰

3.3 – A POSSE DE ESCRAVOS PARA A FREGUESIA

Está claro para a historiografia que o papel da mão-de-obra escrava foi a base da economia mineira, principalmente no decorrer do século XVIII e XIX, que em números demográficos chegaram até mesmo a superar a população livre, a partir desse período.

Entretanto, para Carla Almeida, era acerca da origem do sistema escravista mineiro oitocentista que se assentou divergências quanto à importância da utilização da mão-de-obra escrava na economia. Segundo a autora, até princípios dos anos 80, do século XX, a associação entre escravidão e plantations era inquestionável.⁸¹ Não se ligava a produção de subsistência a uma relevante composição cativa para as unidades produtivas mineiras. Reflexões apoiadas na idéia de uma vertente histórica, que compreendia a economia mineira em decadência, no pós-auge minerador.

No debate historiográfico, nos mesmos anos 80, as proposições de Roberto Martins afirmavam que Minas Gerais oitocentista possuía o maior plantel do Brasil, vinculado a uma economia de subsistência e a uma importação crescente de escravos.⁸² Mesmo esse autor não considerando essa significativa produção de abastecimento mercantil mineira,

⁸⁰ Inventário post mortem de Francisca Tereza de Jesus (1785). Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

⁸¹ ALMEIDA, Carla. **A população escrava em Minas Gerais**. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, UFJF, v.3, n.1, jan/jul 1999 p. 2. Disponível em: www.rehb.ufjf.br. Capturado em: 10 de outubro de 2005.

⁸² MARTINS, Roberto. Op. cit

interligada também a outras províncias, sua tese veio a constatar algumas concepções históricas até então vigentes, sobre a manutenção de uma população escrava na província mineira, que segundo o autor veio a crescer, mesmo depois do auge minerador.

Talvez ainda falte delinear, de forma mais regional, este efeito e atuação da economia mercantil de subsistência com a mão-de-obra cativa oitocentista, para as diversas regiões de Minas, mais precisamente para os termos e as freguesias que compunham a província, confirmando que o sistema escravista era muito mais difundido socialmente, que se pensa para uma economia não exportadora.

Segundo Carla Almeida, apoiada em dados demográficos para a população escrava mineira, à medida que decorria o século XIX, a escravidão continuou a ser o eixo central da economia mineira até, pelo menos, meados deste século. A população escrava em Minas, em 1808, era de 148.772 escravos, que aumentou para 168.543 em 1819, sendo 15,2% da população cativa do Brasil. Este percentual cresceria ainda mais entre 1819 e 1872, chegando nesse último ano a 381.893, o que posicionava Minas como a primeira província escrava, seguida do Rio de Janeiro e da Bahia.⁸³

Em relação à demografia escrava para o sul mineiro, Marcos Andrade apresenta dados elaborados a partir de várias fontes e apontados por diversos autores, acerca do crescimento relevante da população, para o dinamismo da Comarca do Rio das Mortes e o termo de Campanha da Princesa.⁸⁴ A partir das informações recolhidas, da composição cativa na Freguesia de Itajubá, percebemos a importância desses agentes para o funcionamento das unidades produtivas e como estes representavam valor significativo no montante de cada propriedade.

Para o caso da freguesia, todos os inventários consultados possuíam escravos, demonstrando como era difundida a posse de cativos, mesmo para as pequenas propriedades. Isso vem a confirmar as considerações de Stuart Schwartz, em que a posse de escravos teria sido muito mais abrangente, socialmente, do que se supunha para a História

⁸³ ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 02.

⁸⁴ Ver tabela anexa II para a população livre e escrava da Comarca do Rio das Mortes e para o Termo de Campanha da Princesa, elaborada por Marcos Andrade. Lembramos que a questão do significativo número de escravo entre a população mineira oitocentista já havia sido salientada por diversos autores. Trabalhos mais recentes e focalizados na Comarca do Rio das Mortes vêm a confirmar essa questão. Ver: GRAÇA FILHO, Afonso. Op. Cit. ALMEIDA, Carla. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750 – 1822. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

do Brasil, sendo um grande número de população livre participante desse sistema escravista.⁸⁵

De qualquer maneira, ao apresentarmos a forte presença escrava no cotidiano do trabalho, para a Capitania das Minas, no século XVIII para o século XIX, mesmo essa tendo sofrido uma redução após o fechamento do tráfico, cabe-nos refletir, de forma mais direta, sobre a composição dessas escravarias que compunham, principalmente, o sul mineiro.

Há algum tempo, a historiografia debate sobre as origens de plantéis consideráveis existentes para Minas Gerais, no século XIX. Roberto Martins apresenta a economia mineira, nesse período, voltada para a subsistência da própria província, estando ligada a posse da mão-de-obra cativa, devido ao fato de haver muitas terras livres na região e que essa população escrava viria da importação de africanos, através das praças cariocas, refutando assim a idéia que Minas havia exportado escravos com a crise mineradora. Já Robert Slenes reitera as colocações de Roberto Martins, acerca da importação de escravos para Minas. Contudo, Slenes alega que isso seria possível pela questão das ligações da economia mineira com o setor exportador.

Segundo Martins, a taxa de reprodução vegetativa possuía um crescimento negativo. Slenes afirma ser frágil essa argumentação de Martins, apresentando os resultados de Iraci del Nero e Vidal Luna, que comprovaram, para o ano de 1804, que em alguns distritos mineiros, a população cativa teria um alto número de masculinidade, uma composição de africanos considerável e uma alta taxa de escravos na faixa etária de 20 a 39 anos. Ao concordar também com Martins – acerca da proposição do caráter fechado da economia mineira – Francisco Vidal Luna e Wilson Cano acreditam que a grande quantidade de escravos na província se deve ao fato da redução dos níveis de exploração da força de trabalho e o conseqüente crescimento vegetativo escravo.

Douglas Libby pondera a relevância dos dois fatores para tal desempenho da economia mineira, em relação à presença cativa. Carla Almeida tende a concordar com Libby, confirmando a conjugação da importação e das taxas crescentes de reprodução natural para o crescimento da população escrava em Minas, para o século XIX.⁸⁶

⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/SP: EDUSC, 2001. pp. 123-170

⁸⁶ Para uma síntese dessa discussão ver: ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p.04

Para o caso da Freguesia de Itajubá vejamos a tabela abaixo:

**TABELA 4: Origem da População escrava listada nos inventários:
Itajubá (1766-1810)**

	Africanos		Crioulos		NCO*		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1766-1810	119	37,7	173	55,0	23	7,3	315	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCO: Não consta origem

Percebemos que para o período abarcado, a Freguesia de Itajubá, segundo o número de escravos arrolados nos inventários, possuía um considerado plantel de origem africana (37,7%), mesmo sendo a maioria dos escravos formados por crioulos (55,0%).⁸⁷ Futuramente, com dados mais consistentes, contemplando uma maior periodização, talvez possamos afirmar que a maior presença de crioulos representava um bom desempenho do crescimento vegetativo para o sistema escravo da freguesia. Além disso, é extremamente interessante observarmos o número total de cativos encontrados para os 24 inventários consultados (315 escravos), concentrados em atividades essencialmente agropecuárias e a expressiva maioria pertencente a pequenas e médias propriedades.

**TABELA 5: Composição da população escrava por sexo:
Itajubá (1766-1810)**

	Homens		Mulheres		NI*		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1766-1810	203	64,4	107	34,0	5	1,6	315	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NI: Não identificados

⁸⁷ De acordo com demais autores, consideramos crioulos, os escravos nascidos no Brasil, mas que sob a descrição documental, também aparecem designados por mulatos, cabras ou pardos.

**TABELA 6: Composição da população escrava africana por sexo:
Itajubá (1766-1810)**

	Homens		Mulheres		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%
1766-1810	102	86,4	16	13,6	118	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

* Para 23 escravos não foi possível encontrar origem.

** Para 1 escravo encontramos a categoria origem, mas não consta sexo.

**TABELA 7: Composição da população escrava crioula por sexo:
Itajubá (1766-1810)**

	Homens		Mulheres		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%
1766-1810	89	51,4	84	48,6	173	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

* Para 23 escravos não foi possível encontrar origem.

** Para 1 escravo encontramos a categoria origem, mas não consta sexo.

Segundo Carla Almeida, os estudos sobre as populações escravas nas Américas demonstraram que o mercado de cativos atendia a uma demanda por homens adultos, de acordo com as preferências dos senhores e isso determinaria o padrão do tráfico. Para Mariana, a autora afirma que as taxas de masculinidade encontradas para africanos, são altíssimas, no período de 1750-1850. Ao constatar isso, Carla Almeida demonstrou para Mariana, que no período de *acomodação evolutiva* (1780 a 1820), ou seja, de mudanças de atividade principal na província, os números para a taxa de masculinidade africana são altas. O que pondera pensar que essa proporção significativa de homens africanos em plantéis não cabe apenas às estruturas ligadas a economia de exportação.⁸⁸

Para a Freguesia de Itajubá, a taxa de africanos (37,7%), na tabela 4, mesmo menor que a percentagem de crioulos (54,0%), quando comparada com a tabela 6, referente a população escrava africana por sexo, percebemos a expressiva quantidade de homens (86,4%) entre a população africana. Sabemos que a tendência do sistema escravo americano, de maior importação de africanos homens, foi constante para todo o período do

⁸⁸ ALMEIDA, Carla. Op. Cit. pp. 04-05

século XVIII e para o século XIX. Stuart Schwartz aponta que as áreas menos ligadas à exportação apresentariam menores razões de masculinidade e africanidade e maior número de crioulos, mulheres e crianças.⁸⁹ Entretanto, Carla Almeida afirma que para Minas essa tendência não foi válida. Para Mariana, a autora encontrou um percentual de 85,4% para a taxa de masculinidade entre africanos, em que o número foi maior durante a fase de acomodação.⁹⁰

Ao comparar a taxa de masculinidade africana para Mariana e Itajubá, percebemos que elas são bastante semelhantes, o que vem a ratificar essa preferência por africanos homens na importação para Minas. Em relação à mão-de-obra cativa feminina, na tabela 6, a taxa de africanas é pequena (13,6%), comparada com a taxa de africanos (86,4%), dados que se confirmam para a Capitania, podendo representar um investimento quase total em homens africanos, com o intuito de maior aproveitamento da força física da mão-de-obra. Uma forma de maximizar os lucros, frente aos poucos investimentos possíveis.⁹¹ Lembramos que os estudos mais recentes apontam também para a questão da própria conformação do mercado de cativos que se estabelecia na África para explicar este enorme predomínio dos escravos do sexo masculino.

Em relação à composição da população escrava crioula, na tabela 7, é nítido a quase equivalência entre homens (51,4%) e mulheres (48,6%), o que corrobora para os índices da demografia crioula para o restante das Minas. Segundo Eduardo França, ao estudar as Comarcas do Rio das Mortes e o Rio das Velhas, no século XVIII, a população cativa poderia ser representada da seguinte maneira: era formada por maioria de africanos homens, mas contando com uma terça parte de homens e mulheres cativas, nascidas na colônia em número quase idêntico.⁹²

⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart. **Padrões de propriedade escrava nas Américas**: nova evidencia para o Brasil. Estudos Econômicos. São Paulo: v.13, n.1, p. 259-287, jan/abr, 1983. Apud. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 04

⁹⁰ Ver tabela anexa III, ao fim da monografia, elaborada por Carla Almeida, para a comparação entre as taxas de masculinidade e africanidade no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais – século XVIII e XIX. ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 06

⁹¹ Idem. p. 06

⁹² PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716 – 1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 119

**TABELA 8: Composição da população escrava por faixa etária:
Itajubá (1766-1810)**

Faixa etária	1766-1810	
	#	%
0-14	78	30,1
15-40	127	49,1
>40	54	20,8
TOTAL	259	100,0
NCI*	32	11,0

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCI: Não consta idade.

**TABELA 9: Composição da população escrava por sexo e faixa etária:
Itajubá (1766-1810)**

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	#	%	#	%
0-14	46	56,8	35	43,2
15-40	93	68,9	42	31,1
+40	41	74,5	14	25,5
TOTAL	180	66,2	91	33,8
NCI*	18	5,9	14	4,6

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCI: Não consta idade

**Para 5 escravos não consta identificação de sexo.

***Para 6 escravos não consta identificação de origem e idade.

Para a questão da faixa etária, encontramos para a Freguesia de Itajubá uma grande concentração de escravos entre 0-14 anos, representando 30,1% e de 15-40 anos com 49,1%. Significa dizer que a maioria da escravaria era jovem, no momento da realização dos inventários, considerando principalmente a faixa etária de 15-40 anos (49,1%), que provavelmente estaria mais envolvida com as atividades realizadas pelas unidades produtivas.

Além disso, a faixa etária de 0-14 anos é bastante expressiva, o que nos leva a perceber o possível crescimento vegetativo para a população cativa. Carla Almeida demonstra a grande presença de jovens adultos para Mariana (1750-1850), o que contraria

as suposições que afirmavam que a população escrava em Minas, apesar de um grande contingente, seria formada por uma escravaria envelhecida, remanescente do período do auge minerador.⁹³

Em relação à composição entre os sexos (tabela IX), a população escrava masculina representa a maioria para todas as faixas etárias, principalmente a faixa de 15-40 anos, o que demonstra a preferência por esse tipo de gênero para as aquisições, através do tráfico negreiro. Para as mulheres cativas, a faixa de 0-14 anos (43,2%) sugere uma presença feminina escrava jovem na composição dos plantéis, o que contribui para a hipótese do crescimento da reprodução natural.

Essas informações acerca da Freguesia de Itajubá, encontram respaldo em diversas pesquisas sobre a região das Minas e, de certa maneira, vem a ratificar a suposição que esses escravos eram produtos de aquisições recentes e também de crescimento de reprodução natural. Para amadurecermos essas idéias é importante traçarmos um perfil mais detalhado dessa população cativa. Vejamos as tabelas:

TABELA 10: Composição da população escrava por origem e faixa etária: Itajubá (1766-1810)

Faixa etária	(1766-1810)					
	Africanos		Crioulos		NCO**	
	#	%	#	%	#	%
0-14	01	1,2	77	94,0	04	4,8
15-40	64	47,6	63	46,6	08	6,0
+40	42	76,4	12	21,8	01	1,8
TOTAL	107	39,3	152	55,9	13	4,8
NCI*	11	3,6	21	6,9	-	-

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCI: Não consta idade

**NCO: Não consta origem

***Para 4 escravos não consta origem, sexo e idade.

Um escravo aparece como africano, possui 25 anos, mas não consta sexo.

Para 6 escravos não consta origem e idade.

⁹³ ALMEIDA, Carla. Op. Cit. p. 06

**TABELA 11: Composição da população escrava africana por sexo e faixa etária:
Itajubá (1766-1810)**

1766-1810				
Faixa etária	Homens		Mulheres	
	#	%	#	%
0-14	01	100	-	-
15-40	54	84,4	10	15,6
+40	34	80,9	8	19,1
TOTAL	89	83,2	18	16,8
NCI*	11	9,3	-	-

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCI: Não consta idade

**Para 4 escravos não consta origem, sexo e idade.

Um escravo aparece como africano, possui 25 anos, mas não consta sexo.

Para 6 escravos não consta origem e idade.

**TABELA 12: Composição da população escrava crioula por sexo e faixa etária:
Itajubá (1766-1810)**

1766-1810				
Faixa etária	Homens		Mulheres	
	#	%	#	%
0-14	43	55,8	34	44,2
15-40	33	52,4	30	47,6
+40	6	50,0	6	50,0
TOTAL	82	54,0	70	46,0
NCI*	7	5,0	14	10,0

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG

*NCI: Não consta idade

**Para 4 escravos não consta origem, sexo e idade.

Um escravo aparece como africano, possui 25 anos, mas não consta sexo.

Para 6 escravos não consta origem e idade.

Segundo alguns estudos para Minas, a província ou, pelo menos, parte de seu território foi menos dependente do tráfico negreiro que outras províncias, com a Bahia e o Rio de Janeiro. Para a região de Mariana, Carla Almeida afirma que houve uma tendência para província mineira, em relação à substituição das importações como forma de reduzir

custos.⁹⁴ Além disso, percebeu-se para Minas que, à medida que decresciam as taxas de importações de escravos, a província dependeria mais da reprodução natural e isso poderia ter levado as diminuições nos níveis de exploração da força de trabalho.

Para a Freguesia de Itajubá, percebemos na tabela 10 o alto índice de crioulos, na faixa de 0-14 anos (77%), o que significa dizer, que para a freguesia, a possibilidade de um crescimento da reprodução natural pode ser bastante pertinente. Em relação à origem, observamos que os dados da tabela 12 podem confirmar a expressiva predileção por africanos homens em relação às mulheres, em todas as faixas etárias. Para a composição da população escrava crioula, os índices são mais equivalentes, permanecendo o alto nível de crioulos homens e mulheres nas faixas etárias de 0-14 e 15-40 anos.

Concluimos assim que, a conjugação das importações de escravos africanos juntamente com as possibilidades de um crescimento vegetativo foram os referenciais, segundo diversos autores, para que a província mineira reunisse o maior contingente cativo do Brasil. Da mesma forma, alguns autores também afirmam a tendência de um abrandamento na forma de tratar os cativos, na província, por parte de seus senhores, o que refletiria melhores condições de sobrevivência. Uma estratégia senhorial, no sentido de preservar seus investimentos na compra de sua escravaria, já que a reposição pelo tráfico era fator complicador, ao longo do século XIX. Mas cabe ressaltarmos que, embora esse possível tratamento mais brando aos cativos em Minas, não significa que a escravidão na província, teria sido uma instituição benevolente. As formas de coerção e violência mais conhecidas para os escravos foi tão presente em Minas, como nas demais províncias. Entretanto, seria possível que pelas características da economia mineira, os escravos possam ter tido maior autonomia e um abrandamento de sua condição de cativo.

Paralelo a esses fatores, como consequência ao alto número de escravos na província, podemos perceber que essa mão-de-obra cativa estava diretamente ligada a uma atividade mercantil interna, que se instaurou em Minas, principalmente no período pós-auge minerador. E era com os lucros advindos dessa produção que esses agentes possuíam condições de investir em mão-de-obra escrava.

⁹⁴ ALMEIDA, Carla. Op. Cit.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo de trabalho era procurar traçar um perfil acerca da formação, estrutura produtiva e posse de escravos, tendo como ponto de partida a Freguesia de Itajubá, para o período abarcado. As considerações apresentadas nessa monografia são ainda iniciais, mas acreditamos ter conseguido apontar dados que nos possibilite afirmar a tendência à atividade agropecuária para a economia da freguesia.

Além disso, as conclusões levantadas para a Freguesia de Itajubá refletem sua inserção no contexto regional, da qual pertencia. Diversos trabalhos indicam uma certa vocação para a agropecuária nas terras ao sul da Capitania das Minas, primeiramente englobadas pela Comarca do Rio das Mortes. Mesmo com um levantamento de dados bastante inicial, podemos perceber uma possível produção destinada para a mercantilização interna, da qual Minas foi grande articuladora, principalmente no período pós-auge minerador.

A partir dos inventários post mortem consultados foi possível perceber uma dinâmica e diversificada produção, principalmente para o cultivo da lavoura, bem como para a criação de animais. De certa forma, esses dados vem a confirmar o bom desempenho atribuído ao Termo de Campanha da Princesa, de acordo com os trabalhos desenvolvidos para a região.

Da mesma maneira, concluímos que a posse de cativos para a região foi bastante considerável, o que vem a ratificar a importância desse tipo de mão-de-obra para a atividade econômica exercida. A partir dos dados demográficos levantados para a composição escrava, percebemos que esse agente histórico estava listado entre os bens mais valiosos daquelas unidades produtivas e, de tal forma, representavam uma força essencial para o desempenho produtivo da economia. Além disso, foi possível constatar a difusão da posse de escravos, mesmo diante de pequenas unidades produtivas, o que nos revela que a presença desse tipo de posse representava muito mais que um bem material, mas possuía também um valor simbólico, dentro da lógica de funcionamento daquela sociedade.

Se, de fato, a Freguesia de Itajubá possuía características socioeconômicas para a produção agropecuária, principalmente, e se essa atividade gerava excedentes para a mercantilização e como a questão da mão-de-obra escrava era importante para esse tipo de

produção na freguesia são hipóteses que poderão ser mais bem respondidas em nossos trabalhos futuros. A intenção até aqui foi contextualizar de forma mais clara e científica a formação da freguesia, os agentes nela envolvidos, seu perfil econômico e a posse de escravos, sem, contudo, perder de vista sua inclusão em um contexto mais abrangente e complexo, que seria o sul das Minas colonial.

ANEXOS

**TABELA ANEXA I: Número de Proprietários por tipo de Unidade Produtiva:
Itajubá (1766-1810)**

Tipos de U.P.	Faixa de Escravidão				Nº de Proprietários	%
	(01-05)	(06-10)	(11-20)	(+20)		
Agrícola	-	-	02	-	02	8,33
Pecuarista	01	02	04	01	08	33,33
Agropecuária	-	01	05	02	08	33,33
Não especificado	03	02	01	-	06	25
TOTAL	04	05	12	03	24	100

Fonte: Inventários post mortem do Fórum Venceslau Brás. Itajubá/MG.

U.P.: unidade produtiva

TABELA ANEXA II: Produção agrícola e criações de animais nas unidades produtivas do termo de Campanha(1802-1865)

Produção agrícola	Unidades não-escravistas		Unidades Escravistas						Total	
	Nº.	%	F1(01 a 05)	%	F2(06 a 19)	%	F3(20 ou mais)	%	Nº.	%
Milho	3	2	41	24	84	50	40	24	168	100
Feijão			16	23	35	50	19	27	70	100
Arroz	1	1	17	21	43	54	19	24	80	100
Mandioca			3	30	5	50	2	20	10	100
Criação de animais										
Gado Vacum	25	7	117	33	159	45	56	16	357	100
Cavalar	30	8	127	33	164	43	59	16	380	100
Bestas	1	2	3	5	29	45	31	48	64	100
Porcos	15	6	76	31	112	46	39	16	242	100
Carneiros	4	3	44	31	71	50	24	17	143	100

Fonte: Inventários post mortem de Campanha. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC-SM

Obs: Unidades não-escravistas: 59

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Campanha da Princesa**. Formação e expansão de uma vila no Império. Juiz de Fora: Revista Eletrônica de História do Brasil, v.6, n.2, jul - dez. 2004. p.121

TABELA ANEXA III: População livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes e dos termos de Campanha e Baependi

Ano	Área	Livres		Escravos		Total
		Nº	%	Nº	%	
1821 ¹	Comarca do Rio das Mortes	138.517	66,1	71.147	33,9	209.664
	Campanha	29.317	75	9.595	25	38.912
	Baependi	19.012	64	10.523	36	29.535
1832 ²	Campanha*	19.667	65	10.673	35	30.340
	Baependi**	10.199	56	7.987	44	18.186
1833/35 ³	Termo de Campanha	25.130	69	11.335	31	36.465
	Termo de Baependi	26.240	60	17.767	40	44.007

Fontes: 1) “População da Província de Minas Gerais – 1821”, de Silva Pinto, in MATOS, Raimundo Jose da. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). BH/SP, Itatiaia/EUDSP, 1981, vol.2; 2) 3) “Lista Nominativa dos Habitantes de alguns distritos do termo de Campanha e Baependi; 1831/32. “Banco de dados montado por equipe de pesquisadores do CEDEPLAR-UFMG, sob a coordenação da Profª Drª Clotilde Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro; 30 APM. Mapas de População de 1833-35.

* A população total do termo é de 36.467 habitantes. Não foram computadas as 6.217 pessoas para as quais não há informação sobre a condição. Os 1.647 forros incluídos entre a população livre.

**A população total do termo é de 19.671 habitantes. Os 320 forros foram incluídos entre a população livre.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Campanha da Princesa**. Formação e expansão de uma vila no Império. Juiz de Fora: Revista Eletrônica de História do Brasil, v.6, n.2, jul - dez. 2004. p.111

TABELA ANEXA IV: Comparação entre taxas (%) de masculinidade e africanidade no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais – séculos XVIII e XIX.

TAXAS (%)	Mariana 1750 - 1850	Bahia 1710 - 1827	Rio de Janeiro 1790 - 1830
Taxa geral de masculinidade	66,4	66,2	60,3
Taxa de masc. entre africanos	85,4	70,7	65,2
Taxa de masc. entre crioulos	52,1	56,6	54,6
Taxa de africanidade	43,1	68,0	56,4

Fontes: Mariana: Tabelas IX e X. Bahia: SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit, 1998. p. 290 Rio de Janeiro: FLORENTINO, Manolo e GOES, Jose Roberto. A paz das senzalas. Famílias escravas e o trafico atlântico, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ALMEIDA, Carla. A população escrava em Minas Gerais. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, UFJF, v.3, n.1, jan/jul 1999 p. 2. Disponível em: www.rehb.ufjf.br. Capturado em: 10 de outubro de 2005

FORTE E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Fórum Venceslau Brás (Itajubá-MG)

Inventários post mortem referentes à Freguesia de Itajubá e proximidades.
24 inventários consultados para o período de 1766 a 1810.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo-SP)

Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896.

Documentos oficiais referentes à Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo.

Cronistas e viajantes

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1975.

Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822. Tradução: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1974.

FONTES SECUNDÁRIAS IMPRESSAS

Artigos e livros consultados

_____ **A população escrava em Minas Gerais.** Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, UFJF, v.3, n.1, jan/jul 1999 p. 2. Disponível em: www.rehb.ufjf.br. Capturado em: 10 de outubro de 2005

_____ **Homens ricos, homens bons:** produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822. Tese de doutorado. Niterói:UFF, 2001.

ANDRADE, Marcos F. de. **Campanha da Princesa:** formação e expansão de uma vila no Império. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, v.6,n.2,jul-dez.,2004.

BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BOSCHI, Caio. **Os leigos e o poder.** São Paulo: Atica, 1986.

BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil:** dores de uma sociedade colonial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,2000.

CAMPISTA, Geraldino. **Itajubá. 1703-1832.** Memória Histórica. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d.p.446

CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979

CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais.** (1674-1807). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____ **A Zona da Mata Mineira:** diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

FARIA, Scheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e famílias no cotidiano colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luis R. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul:** (1850-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro:UFRJ, 1983.

_____ **Homens de Grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo . **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste**: elite mercanti e economia de subsistência em São João del Rei(1831-1888). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.

GUIMARAES, Armelim. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil:1808-1842. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1983

OLIVEIRA, Mônica R. de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira: 1780-1870. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 1999.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716 – 1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, n.17, 1985.

SOUZA, Sonia Maria. **Alem dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1998.

SZMRECSANYI, Tamás(org). **História Econômica do período colonial.** São Paulo: EDUSP/Hucitec,2002

ZEMELLA,Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras, 1951.